



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

PESSOAL: RELATÓRIO INDIVIDUAL DE TRABALHO DOCENTE Nº 430

(Preencher conforme a norma prevista na Resolução Complementar CONSEPE/UNILAB Nº 2, de 16 de julho de 2021)

Docente: Silviana Fernandes Mariz	Nº SIAPE 1980485
--	----------------------------

GRUPO I: ATIVIDADES DE ENSINO

1. ENSINO DE GRADUAÇÃO

Código	Disciplina (não incluir as disciplinas de orientação de monografia)	Horas semanais	Subtotal (x2)
CCLH 048	Gêneros e Sexualidades na História	5	24
SDDH 0101	Sociedades, Diferenças e Direitos Humanos nos Espaços Lusófonos	4	
IPC 0101	Iniciação ao Pensamento Científico	3	

2. ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU E LATO SENSU

Código	Disciplina	Horas semanais	Subtotal (x2)

3. ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE ENSINO (PIBID, PET, Monitoria e Pulsar)

Tipo *	Programa	Nome do orientando (caso se aplique)	Horas semanais	Subtotal

*T - tutoria; C - coordenação; O - orientação

GRUPO II: ATIVIDADES DE PESQUISA

4. ORIENTAÇÃO (Monografias)

Situação *	Nome do Orientando	Horas semanais	Subtotal

*A - em andamento; C - concluído; D - paralisado; E - cancelado

5. ORIENTAÇÃO (Dissertações e Teses)

Nível *	Tipo **	Situação ***	Nome do orientando e do programa	Horas semanais	Subtotal

*O - orientador; C - coorientador

**S - stricto sensu; L - lato sensu

***A - em andamento; C - concluído; D - paralisado; E - cancelado

6. ORIENTAÇÃO (Iniciação científica ou tecnológica)

Tipo *	Situação **	Nome do orientando	Horas semanais	Subtotal
IC	A	Leonardo da Silva Leal	2	2

*IC - iniciação científica; IT - iniciação tecnológica;

**A - em andamento; C - concluído; D - paralisado; E - cancelado

7. PROGRAMAS E PROJETOS DE PESQUISA

Tipo *	Data de Aprovação	Título	Horas semanais	Subtotal
CD	01/08/2022	Mulheres e Tráfico de Drogas nos Países Africanos de Língua Portuguesa	5	9,6
CL	01/08/2022	A Delinquência Juvenil em Cabo Verde: análise da produção acadêmica e da construção do problema público	2	
CD	17/04/2023	Minicurso Juventudes, Violência e Escola: entre a Sociologia e a História	2,6	

*CD - coordenador; CL - colaborador

GRUPO III: ATIVIDADES DE EXTENSÃO

8. PROGRAMAS E PROJETOS DE EXTENSÃO

Tipo *	Data de Aprovação	Título	Horas semanais	Subtotal

--	--	--	--

*CD - coordenador; CL - colaborador

GRUPO IV: FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS, ASSESSORIA E COMISSÕES

9. ADMINISTRAÇÃO E ASSESSORIA SUPERIOR

Nº da Portaria	Data	Cargo ou função	Horas semanais	Subtotal
31	11/05/2023	Membro do Colegiado do Curso de Licenciatura em História	2	2

GRUPO V: PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL E INOVAÇÃO

10. LIVROS E ARTIGOS PUBLICADOS

Tipo*	Título	Pontuação

* Li - Livro; A1 - Artigo A1-B1; A2 - Artigo B2-B5

11. PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

Tipo*	Título	Pontuação
EN	20 anos depois: a lei 10.639/03 e o ensino de História	0,13
EN	Outros Futuros Possíveis para o Ensino de História no Ensino de História	0,5

* EL – Apresentação em Evento local; ER - Apresentação em Evento Regional; EN – Apresentação em Evento Nacional; EI – Apresentação em Evento Internacional; PA – Palestra;

12. PRODUÇÃO CULTURAL

Descrição	Título	Pontuação
-----------	--------	-----------

13. INOVAÇÃO

Descrição	Título	Pontuação	
CARGA HORÁRIA SEMANAL TOTAL:		38,23	horas



Documento assinado eletronicamente por **SILVIANA FERNANDES MARIZ, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 19/09/2023, às 19:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0770310** e o código CRC **4AA68E13**.

Referência: Processo nº 23282.001249/2023-13

SEI nº 0770310

DECLARAÇÃO DE DISCIPLINAS MINISTRADAS

Declaramos para os devidos fins que a Docente SILVIANA FERNANDES MARIZ, Matrícula SIAPE de número 1980485, ministrou nesta instituição os seguintes componentes curriculares, em seus respectivos períodos letivos:

2014.1	Nível
SOCIEDADE, HISTÓRIA E CULTURA NOS ESPAÇOS LUSÓFONOS - 40h	GRADUAÇÃO
TÓPICOS INTERCULTURAIS NOS ESPAÇOS LUSÓFONOS - 40h	GRADUAÇÃO
TÓPICOS INTERCULTURAIS NOS ESPAÇOS LUSÓFONOS - 40h	GRADUAÇÃO
2014.2	Nível
TÓPICOS INTERCULTURAIS NOS ESPAÇOS LUSÓFONOS - 40h	GRADUAÇÃO
TÓPICOS INTERCULTURAIS NOS ESPAÇOS LUSÓFONOS - 40h	GRADUAÇÃO
2014.3	Nível
FORMAÇÃO DO MUNDO CONTEMPORÂNEO II - 40h	GRADUAÇÃO
FORMAÇÃO DO MUNDO CONTEMPORÂNEO II - 40h	GRADUAÇÃO
SOCIEDADE, HISTORIA E CULTURA NOS ESPAÇOS LUSOFONOS - 40h	GRADUAÇÃO
2014.4	Nível
SOCIEDADE, HISTÓRIA E CULTURA NOS ESPAÇOS LUSÓFONOS - 40h	GRADUAÇÃO
2015.1	Nível
EUROPA ANTIGA E MEDIEVAL - 40h	GRADUAÇÃO
SOCIEDADE, HISTÓRIA E CULTURA NOS ESPAÇOS LUSÓFONOS - 40h	GRADUAÇÃO
SOCIEDADE, HISTÓRIA E CULTURA NOS ESPAÇOS LUSÓFONOS - 40h	GRADUAÇÃO
2015.2	Nível
EUROPA ANTIGA E MEDIEVAL - 40h	GRADUAÇÃO
FORMAÇÃO DO MUNDO CONTEMPORÂNEO II - 40h	GRADUAÇÃO
TÓPICOS INTERCULTURAIS NOS ESPAÇOS LUSÓFONOS - 40h	GRADUAÇÃO
2015.3	Nível
A EXPANSÃO EUROPEIA - 40h	GRADUAÇÃO
SOCIEDADE, HISTORIA E CULTURA NOS ESPAÇOS LUSOFONOS - 40h	GRADUAÇÃO
SOCIEDADE, HISTORIA E CULTURA NOS ESPAÇOS LUSOFONOS - 40h	GRADUAÇÃO
2016.1	Nível
A EXPANSÃO EUROPEIA - 40h	GRADUAÇÃO
EUROPA ANTIGA E MEDIEVAL - 40h	GRADUAÇÃO
2016.2	Nível
O MUNDO ISLÂMICO E O MEDIEVO EUROPEU - 90h	GRADUAÇÃO
SOCIEDADES, DIFERENÇAS E DIREITOS HUMANOS NOS ESPAÇOS LUSÓFONOS - 60h	GRADUAÇÃO
2017.1	Nível
GÊNEROS E SEXUALIDADES NA HISTÓRIA - 75h	GRADUAÇÃO
O MUNDO ISLÂMICO E O MEDIEVO EUROPEU - 90h	GRADUAÇÃO
SOCIEDADES, DIFERENÇAS E DIREITOS HUMANOS NOS ESPAÇOS LUSÓFONOS - 60h	GRADUAÇÃO
2017.2	Nível
A EXPANSÃO EUROPEIA - 90h	GRADUAÇÃO
GÊNEROS E SEXUALIDADES NA HISTÓRIA - 75h	GRADUAÇÃO
O MUNDO ISLÂMICO E O MEDIEVO EUROPEU - 90h	GRADUAÇÃO
2018.1	Nível
A EXPANSÃO EUROPEIA - 90h	GRADUAÇÃO
O MUNDO ISLÂMICO E O MEDIEVO EUROPEU - 90h	GRADUAÇÃO
2018.2	Nível
GÊNEROS E SEXUALIDADES NA HISTÓRIA - 75h	GRADUAÇÃO
O MUNDO APÓS A GUERRA FRIA E QUESTÕES DO TEMPO PRESENTE - 90h	GRADUAÇÃO

O MUNDO ISLÂMICO E O MEDIEVO EUROPEU - 90h	GRADUAÇÃO
2019.1	Nível
O MUNDO ISLÂMICO E O MEDIEVO EUROPEU - 90h	GRADUAÇÃO
O MUNDO ISLÂMICO E O MEDIEVO EUROPEU - 90h	GRADUAÇÃO
2019.2	Nível
GÊNEROS E SEXUALIDADES NA HISTÓRIA - 75h	GRADUAÇÃO
2020.3	Nível
INICIAÇÃO AO PENSAMENTO CIENTÍFICO - 30h	GRADUAÇÃO
2021.2	Nível
GÊNEROS E SEXUALIDADES NA HISTÓRIA - 75h	GRADUAÇÃO
INICIAÇÃO AO PENSAMENTO CIENTÍFICO - 45h	GRADUAÇÃO
INICIAÇÃO AO PENSAMENTO CIENTÍFICO - 45h	GRADUAÇÃO
INSERÇÃO NA VIDA UNIVERSITÁRIA - 15h	GRADUAÇÃO
SOCIEDADES, DIFERENÇAS E DIREITOS HUMANOS NOS ESPAÇOS LUSÓFONOS - 60h	GRADUAÇÃO
2022.2	Nível
GÊNEROS E SEXUALIDADES NA HISTÓRIA - 75h	GRADUAÇÃO
INICIAÇÃO AO PENSAMENTO CIENTÍFICO - 45h	GRADUAÇÃO
SOCIEDADES, DIFERENÇAS E DIREITOS HUMANOS NOS ESPAÇOS LUSÓFONOS - 60h	GRADUAÇÃO

Redenção, 13 de Julho de 2023

Código de Verificação:
161a56c82a

Para verificar a autenticidade deste documento acesse http://sigaa.unilab.edu.br/sigaa/public/autenticidade/tipo_documento.jsf, informando a Matrícula do SIAPE, data de emissão do documento e o código de verificação.

SIGAA | Diretoria de Tecnologia da Informação - - | Copyright © 2006-2023 - UNILAB - sigaa3.sigaa3

CERTIFICADO

Certificamos que **SILVIANA FERNANDES MARIZ** participou como organizadora e professora do minicurso Juventudes, Violência e Escola entre a Sociologia e a História – Módulo 2: Gênero, Violências e Escola, realizado do dia 15 de junho ao dia 29 de junho de 2023, perfazendo uma carga horária total de **40 horas**, e que integra as ações desenvolvidas pelo Laboratório de Estudos da Violência e da Radicalização (LEVIR), vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG).

Redenção-CE, 23 de maio de 2023

FRANCISCO THIAGO ROCHA VASCONCELOS

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Siape: 2278973

CARLOS HENRIQUE LOPES PINHEIRO

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Siape: 2079646



Projeto de Pesquisa

Dados do Projeto Pesquisa	
Código:	PVH1642-2022
Título do Projeto:	A delinquência juvenil em Cabo Verde: análise da produção acadêmica e da construção do problema público.
Tipo do Projeto:	INTERNO (Projeto Novo)
Categoria do Projeto:	Iniciação Científica e Tecnológica
Situação do Projeto:	EM EXECUÇÃO
Unidade:	INSTITUTO DE HUMANIDADES (10.00.07)
Centro:	INSTITUTO DE HUMANIDADES (10.00.07)
Palavra-Chave:	juventude; violência; crime; Cabo Verde
E-mail:	fvasconcelos@unilab.edu.br
Edital:	Edital Proppg 02/2022- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - Pibic (CNPq/UNILAB/Fapesb/Funcap)
Cota:	2022-02 Pibic-Unilab-IC (01/10/2022 a 30/09/2023)
Área de Conhecimento, Grupo e Linha de Pesquisa	
Área de Conhecimento:	Outras Sociologias Específicas
Grupo de Pesquisa:	Grupo de Pesquisa em Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH) (6311984629334160)
Linha de Pesquisa:	linha default
Resumo	
<p>Este projeto pretende conduzir uma análise da produção, na área das Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política), sobre o tema da delinquência juvenil em Cabo Verde. Esta análise se realizará, primeiro através do mapeamento dos autores, conceitos e metodologias utilizadas. Em um segundo momento analisaremos as hipóteses interpretativas que são construídas para explicar a delinquência juvenil como problema público (Cobb & Elder, 1971; Gusfield, 1981; Cefai, 2017).</p> <p>Quais as explicações sobre seu surgimento, sua intensidade e suas formas de manifestação?</p> <p>Como os diferentes autores elaboram as relações entre a dinâmica de emigração e deportação para as metamorfoses da questão criminal em Cabo Verde e para a problemática da segurança?</p> <p>Quais os padrões de criminalidade violenta? Há mudanças ao longo do tempo? Como ela atinge a juventude? Qual a sua relação com os diferentes tipos de segregação (étnicas, urbana, econômica...?)</p> <p>Qual o repertório de representações e acusações em torno da criminalidade violenta atende a que tipo de demanda por ordem?</p> <p>Quais as análises sobre as políticas públicas para lidar com este fenômeno?</p>	
Introdução/Justificativa	
(incluindo os benefícios esperados no processo ensino-aprendizagem e o retorno para os cursos e para os professores da UNILAB em geral)	

O presente projeto é parte de um programa de pesquisa mais amplo, voltado ao mapeamento temático, conceitual e metodológico no campo dos estudos sobre direitos humanos, violência, crime, segurança pública e justiça criminal em África lusófona. Neste programa, pretende-se: favorecer o exercício comparativo entre as realidades, os referenciais conceituais e teses interpretativas dos países lusófonos africanos entre si e com o Brasil; analisar as concepções de políticas públicas de segurança e justiça criminal, assim como as ações implementadas e suas consequências.

No projeto atual abordaremos o tema da delinquência juvenil e sua construção social e político-midiática em Cabo Verde. Esta análise se realizará, primeiro através do mapeamento dos autores, conceitos e metodologias utilizadas. Em um segundo momento analisaremos as hipóteses interpretativas que são construídas para explicar a delinquência juvenil como problema público (Cobb & Elder, 1971; Gusfield, 1981; Cefai, 2017): Quais as explicações sobre seu surgimento, sua intensidade e suas formas de manifestação? Quais as análises sobre as políticas públicas para lidar com este fenômeno?

Teremos como guia inicial para análise a revisão da literatura sobre o tema feita pelo sociólogo cabo-verdiano Nardi Sousa (2013), sem desconsiderar que não se trata de uma narrativa neutra, mas feita por um autor que assume um dos vieses de interpretação presentes no campo. Sua narrativa parte da constatação do aumento da preocupação com a criminalidade: em 2007 ela surgia em 7º lugar como o maior problema em Cabo Verde; em 2008, passou a ocupar a 3ª posição. Terrorismo, tráfico de droga/seres humanos/armas ligeiras, criminalidade organizada e transnacional e ainda a questão da imigração ilegal já fariam parte do léxico e da consciência coletiva dos cabo-verdianos.

Mas as notícias que geram maiores polêmicas são as de crime violentos praticados por adolescentes oriundos da periferia, principalmente se forem cometidos contra a classe média. Dados do Estudo Socioeconômico sobre as Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre em Cabo Verde (2008) informam que, dos crimes contra as pessoas e contra o patrimônio, 80% seriam praticados por jovens com idade compreendida entre os 16 e os 21 anos e cerca de 19% com idade entre os 12 e os 16 anos. Crimes de rua, praticados por crianças e adolescentes, normalmente, são vistos como pequena criminalidade. Mas, nos últimos tempos, a circulação de armas de fogo e a sua utilização para ajustes de conta (homicídios, ferimentos, inclusive dentro de escolas) por jovens começa a preocupar a população, que tende a ser cada vez menos tolerantes. O período recente teria criado um senso comum de que os jovens de bairros pobres e problemáticos, da capital, suscitam desconfiança, preocupações e medos. Esses jovens correm o risco de se transformar numa figura a quem é dada a responsabilidade da delinquência difundida, que seriam capazes de pôr em causa a tal paz social cabo-verdiana e aumentar a criminalidade.

Os jovens identificados como thugs é o fenômeno que mais tem chamado a atenção da imprensa desde 2004. O termo designa uma forma de ser e estar na sociedade valorizada por jovens que adotaram a subcultura hip hop, um movimento que congrega expressões de novas identidades juvenis que acompanham as dinâmicas sociais globais e locais, mas que vem sendo associado a comportamentos antissociais (delinquência juvenil). Esta imagem negativa, criada pela reação social da imprensa e das escolas, além de ter provocado coesão (dos jovens) e pânico social, deu também abertura à repressão policial, favorecendo a permeabilidade dos grupos a um ethos que associa violência, honra e identidades territoriais, transformando os bairros da capital. Um regime de codificação de acessos bloqueia passagens e torna perigosa a circulação pelos bairros periféricos, nos quais grupos rivais que se confrontam, resultando, algumas vezes, em morte prematura. A formação de gangues e o uso de armas de fogo transformou a capital do país no palco de uma cultura juvenil da violência em meio a uma expansão das redes do narcotráfico.

Em síntese, a globalização como mecanismo de obtenção de armas ligeiras e drogas, somada a uma abordagem simplificadora pelas mídias e governos conduziram ao processo de construção da delinquência juvenil como problema público no país. Em torno da violência como afirmação de identidade grupal e legitimação de poder, como afirmação da masculinidade e como estilo de vida ligado ao consumo conspícuo se constituiria um circuito de rivalidades e de práticas delituosas que têm deixado marcas profundas nas comunidades e nos corpos dos habitantes dos bairros mais pobres. Os thugs seriam grupos de jovens rebeldes, desempregados, que usam drogas leves, na fronteira entre a permanência e o abandono escolar, moradores de bairros estigmatizados e que desenvolvem um estilo de vida com características específicas, mas que vem recebendo o rótulo de delinquentes, antissociais e incapazes. Mas, se os investigadores e a sociedade focarem neste rótulo, indica o autor, para além de reforçar a identidade e coesão desses grupos, propositadamente vai-se apostando na Polícia e na Prisão. Os sistemas de segurança pública e justiça criminal dariam respostas inadequadas, repressivas, securitárias e punitivas, resultando em atos de violação dos direitos humanos, aumento do encarceramento, sem resultados na diminuição da criminalidade. Esses jovens têm uma opinião muito negativa sobre a polícia, denunciando abusos e maus-tratos sofridos e vêm se destacando como contingente na prisão. Isso tem contribuído para aumentar a revolta juvenil, obrigando os jovens a reagirem e reorganizarem.

Os políticos e alguns investigadores, assim como a imprensa teriam seguido a linha de análise que tende a ver os conflitos sociais (criminalidade incluída) como patologia, anomia e não como necessidade de renegociação permanente do poder entre grupos, visão que não dá importância às funções sociais do conflito como evolução da mudança social. Essa visão não enxergaria a complexidade e heterogeneidade da realidade juvenil, assim como da riqueza de estilos, de sociabilidades e das manifestações culturais que os jovens criam entre si. A questão da violência entre jovens se relacionaria com as identidades construídas e estimuladas, assim como com os mecanismos de controle social, a partir de oportunidades de superação da condição de marginalização: estratégias individuais (emigração, economia informal, prostituição) ou coletivas (remessas de familiares no estrangeiro ou apoio de familiares alargados). Na cidade da Praia, especificamente, ela estaria ligada, numa fase inicial, ao repatriamento dos jovens emigrantes cabo-verdianos expulsos dos Estados Unidos. Embora este fenômeno tenha sido tratado de forma exagerada, estereotipada e criminalizante, ele teria influenciado a cultura de rua de grupos de jovens como modelos de inserção e coesão comunitária em um contexto de urbanização descontrolada.

Para o autor, designar os jovens de bairros pobres de thugs, sobretudo quando assumido como bandidos (ou vida bandida), seria desconhecer a realidade da juventude cabo-verdiana e o peso ou a percentagem daqueles que de facto cometem delitos graves, inclusive assassinatos. A grande limitação desta rotulagem teria a ver com o fato deste termo atribuir em si mesmo todos os mal-estares aos jovens de comunidades pobres e marginalizadas, que começam a ser transformados em novos bodes expiatórios dos problemas sociais. A imprensa só tem abordaria uma parte do problema (a desordem provocada pelos jovens), sem mostrar interesse pela vida dos jovens (solidariedade, emoções, amizade, hip hop, esporte, entreajuda) e nem pelos problemas sociais por que passam (desemprego, pobreza, abandono escolar, exclusão social). Em suma, o termo não serviria para explicar a amálgama de problemas que esses jovens enfrentam como vítimas e agentes, apesar de haver o aumento um tipo de violência quase sádica, que vai crescendo e tomando proporções preocupantes, que não é praticada somente nos bairros centrais, mas prejudica principalmente os próprios moradores dos bairros estigmatizados.

A reação a estas representações e sua influência sobre agendas de governo têm alimentado linhas de investigação sobre o fenômeno da delinquência juvenil, especialmente na área das Ciências Sociais e produzidas em Cabo Verde e Portugal, que serão nosso objeto de estudo: a produção de Nardi Sousa, Kátia Cardoso, Sílvia Roque, Lorenzo Bordonaro, Redy Lima, João José Tavares Monteiro, Felipe Martins, Manuel António Alves, entre outros/as.

Justificativa:

Consideramos que este projeto se coloca em sintonia com as diretrizes da UNILAB, que afirmam os princípios da interculturalidade e promove uma cultura do respeito e da integração. É preciso capacitar professores e estudantes com sólidos argumentos para desconstruir discursos que reafirmem práticas autoritárias sobre a manutenção da ordem pública e que limitem a extensão da cidadania através do uso da violência informal ou oficial como argumento para a diminuição do sentimento de insegurança, para o controle da criminalidade e a administração de conflitos interpessoais.

Além disso, apesar do acúmulo de pesquisas, a produção da sociologia brasileira esteve tradicionalmente de costas para o debate sobre o continente africano, cujo centro principal de referência é a Europa. No debate sobre práticas e vivências no campo da violência e seu controle em África, a situação parece ser a mesma. Este é um tema ainda pouco desenvolvido também na Unilab, razão para a qual há expectativa de que este projeto abra novas e promissoras linhas de pesquisa.

A implementação deste projeto trará ganhos sensíveis para os cursos do Instituto de Humanidades e estará vinculado a disciplinas obrigatórias e optativas. Os alunos ligados ao projeto se beneficiarão de atividades em grupo, para a leitura, o estudo e a compreensão dos textos principais a serem trabalhados.

Com este projeto, haverá também retornos significativos no fortalecimento da área dos Estudos sobre Direitos Humanos, Violência, Conflitos, Segurança Pública e Justiça Criminal na Unilab, mantendo uma sólida articulação com os Estudos Africanos e com a Sociologia Africana. Através do fortalecimento destas áreas de ensino e de pesquisa será também possível tecer novas redes de colaboração entre os professores da Unilab e professores de outras universidades, inclusive internacionais.

A importância deste projeto reside também na possibilidade de realização de comparações futuras com o debate sobre violência juvenil realizado no Brasil, especialmente em Fortaleza-CE.

Bibliografia

BAYART, Jean-François. L'État en Afrique: la politique du ventre. Paris, Fayard, 1989.

BORDONARO, Lorenzo. Semântica da Violência Juvenil e Repressão Policial em Cabo Verde, (Separata) in Política Social e Cidadania, Ano XI Nº 30, Praia-Cabo Verde, 2010, pp.169-190.

CARDOSO, Kátia; ROQUE Sílvia. Por que razões os jovens se mobilizam ou não? Jovens e violência em Bissau e na Praia. Codesria, Yaoundé, 07-11/12/2008, 12ª Assembleia Geral, Governar o Espaço Público Africano, pp.1-31.

COBB, Roger W.; ELDER, Charles D. The Politics of Agenda-Building: An Alternative Perspective for Modern Democratic Theory. The Journal of Politics, Vol. 33, No. 4. (Nov., 1971), pp. 892-915.

DIAS, C. C. N. Estado e PCC em meio às tramas do poder arbitrário nas prisões. Tempo social, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 213-233, 2011

DUFFIELD, Mark. Global governance and the new wars, the merging of development and security, London and New York: Zed Books, 2001.

GALTUNG, Johan (1990), Cultural Violence, in Journal of Peace Research (27) 3, Sage Publications, Ltd.

GARLAND, David. Disciplining criminology? In: Sistema Penal & Violência, Porto Alegre, v.1, n.1, p.114-125, jul/dez, 2009.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4ª ed. Rio de Janeiro: LCT, 1988.

GUSFIELD, J.R. The culture of public problems: drinking-driving and the symbolic order. Chicago/London, The University of Chicago Press, 1981.

LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In: MERLLIÉ, Dominique et al. Iniciação à prática sociológica. Petrópolis-RJ, Vozes: 1996.

LEPENIES, W. As três culturas. São Paulo: EDUSP, 1996.

LIMA, Redy Wilson. Thugs: Vítimas e/ou agentes da violência? In Política Social e Cidadania (Separata). Ano XI , Nº30, Praia, 2010, pp. 191-220.

LOURENÇO, Vitor Alexandre. Do Conceito de Campo Político em África: contornos teóricos e exercícios empíricos. Cadernos de Estudos Africanos [Online], 13/14 | 2007

MOURAO, Daniele Ellery. Guiné-Bissau e Cabo Verde: identidades e nacionalidades em construção. Pro-Posições, Campinas , v. 20, n. 1, p. 83-101, Apr. 2009 .

MUCCHIELLI, Laurent. La découverte du social : naissance de la sociologie en France, 1870-1914, Paris, La Découverte, coll. « Textes à l'appui », 1998, 571 p.

OREGAN, Davin; THOMPSON, Peter. Promover a Estabilidade e a Reconciliação na Guiné-Bissau: Lições do Primeiro Narco-Estado de África. Relatório Especial do Centro de Estudos Estratégicos da África. Whashington D.C. Junho de 2013.

PAIVA, Luiz Fabio. Aqui não tem gangue, tem facção: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. Caderno CRH, 32(85), 165-184, 2019.

PUREZA, José Manuel et al (2007), Do States Fail or Are They Pushed? Lessons Learned From Three Former Portuguese Colonies, Oficina do CES 273, Coimbra: Centro de Estudos Sociais

ROQUE, Sílvia; CARDOSO, Kátia. Entre a marginalização e a securitização: jovens e violências em Cabo Verde e na Guiné-Bissau. In: Revista Cabo-verdiana de Ciências Sociais. Ano 1. N. 1. Jan-Jun, 2013, pp. 61-84

SOUSA, Nardi. A outra face do Janus cabo-verdiano: uma análise crítica da violência juvenil em Cabo Verde. In: Revista Cabo-verdiana de Ciências Sociais. Ano 1. N. 1. Jan-Jun, 2013, pp. 27-60.

TAVARES MONTEIRO, João José. Para uma Perspectiva Sociológica do Fenómeno Thug na Cidade da Praia: Estudo de Caso em Achada Grande Frente e Lém-Ferreira, (Tese Policopiado). Praia: Universidade Jean Piaget, Dezembro de 2010.

WACQUANT, Loïc. Punir os pobres. A nova gestão da miséria nos Estados Unidos, Rio de Janeiro: Revan, 2003.

ZALUAR, Alba. Condomínio do diabo: as classes populares urbanas e a lógica do ferro e do fumo. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). Crime, violência e poder. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

_____. Violência e Crime. In: MICELE, Sergio (org.) O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995), vol. 1: Antropologia. São Paulo: Sumaré/Anpocs, 1999.

Objetivos

O atual trabalho tem como objetivo geral:

1) Conduzir uma análise da produção, na área das Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política), sobre o tema da delinquência juvenil em Cabo Verde.

Entre os objetivos específicos, almejamos:

1) Mapear a produção acadêmica sobre os temas em seminários, congressos, editais de pesquisa, periódicos e livros;

2) Em um segundo momento analisaremos as hipóteses interpretativas que são construídas para explicar a delinquência juvenil como problema público (Cobb & Elder, 1971; Gusfield, 1981; Cefai, 2017) Quais as explicações sobre seu surgimento, sua intensidade e suas formas de manifestação? Quais as análises sobre as políticas públicas para lidar com este fenômeno?

3) Quais as universidades e organizações de produção e disseminação de conhecimento a que estão ligados os pesquisadores e os formuladores de interpretações sobre delinquência juvenil?

Metodologia

Hipóteses

Partimos do pressuposto que fenômeno da delinquência juvenil em Cabo Verde não pode ser dissociado de dois fatores:

1) O papel da emigração no intercâmbio econômico e cultural e das transformações econômicas e demográficas ocorridas desde os anos 1990 sobre a juventude caboverdiana.

Cabo Verde não se enquadra nas imagens pessimistas mais frequentemente veiculadas sobre os países africanos, representados como instáveis econômica, política e culturalmente. Após a sua independência de Portugal em 1975, e depois de um período sob um regime de partido único até 1991, o país tem beneficiado de estabilidade política, permitindo à ajuda internacional gerar resultados bastante positivos na redução da pobreza extrema e na criação de infraestruturas. No entanto, após 1991 a orientação econômica neoliberal conduziu também ao aumento da dependência externa e do custo de vida, à urbanização rápida e descontrolada e consequentemente ao crescimento das desigualdades sociais.

Em contraste com a redução populacional ocorrida nos períodos de crise por conta das secas na década de 1940 e da expansão da emigração nos anos 1970, a partir dos anos 1990 começa a ocorrer uma expansão demográfica relevante, associada também ao controle da emigração e ao fenômeno do êxodo rural para a capital, a cidade de Praia. Para que se compreenda o impacto demográfico, econômico e cultural da emigração: segundo o Instituto Nacional de Estatística, dados de 2002, enquanto 470.678 pessoas residiam em Cabo Verde, mais de 500 mil pessoas residiam no exterior. O fluxo financeiro externo, através de investimento de organizações internacionais e de emigrantes, é fundamental para um país-arquipélago cuja base econômica se concentra na agricultura e no turismo. Além disso, como expressa a expansão da subcultura hip hop associada também ao fenômeno thug, há comunicação com códigos culturais juvenis afro-americanos a partir do retorno dos emigrados.

A partir dos anos 1990, o desemprego, a pobreza, a precarização do trabalho, os problemas ligados ao tráfico e consumo de drogas e a criminalidade violenta têm registado significativos aumentos. Estes fatores têm conduzido a um forte sentimento de crise social e pânico moral (Martins, 2011). Os jovens aparecem como um grupo social e simbólico significativo, vistos ao mesmo tempo como sintomas e como agentes da crise social. Ressalte-se: os jovens são um grupo demográfico extremamente significativo: 54,4% dos cabo-verdianos tem menos de 25 anos de idade e 70,4% tem menos de 35 [Dados do Recenseamento Geral da População e Habitação 2010, INE, 2010]. É preciso, portanto, abordar a modernização social, econômica e cultural ligada à juventude e as políticas orientadas esta parcela da população.

2) A internacionalização de mecanismos de controle social e segurança pública

Acompanhando esse processo de modernização, houve uma expansão de um conjunto de mecanismos de controle e reprodução de estruturas de poder ao nível internacional, que assume a dimensão securitária dos Estados e das organizações internacionais como prioridade e que se baseia na regulação de populações marginais e julgadas como ameaças. Nas últimas décadas veríamos a emergência de um novo modelo de domínio o da biopolítica aplicada às relações internacionais, cujo princípio dominante é o do controle e normalização das periferias (Duffield, 2001; Duffield e Wadell, 2006 apud Roque e Cardoso, 2013). Nesse sentido, a recente intensificação da preocupação com a violência de jovens em África seria reflexo de uma abordagem securitária que pretende responder a uma dupla preocupação das elites: a manutenção do investimento estrangeiro seguro e o controle de uma camada juvenil que se constrói como fonte de insegurança objetiva e subjetiva das classes mais favorecidas (Lima, 2010). Haveria, além disso, o paradoxo penal do neoliberalismo (Wacquant, 2003): a implementação de mais Estado nas áreas policial, judicial e prisional para solucionar o aumento da insegurança objetiva e subjetiva, quando ela mesma é causada por menos Estado nas dimensões econômica e social nos países avançados.

Há diferentes ações e políticas que podem ser incluídas no interior destes modelos, em especial as que incorporam a lógica do encarceramento em massa e da tolerância zero, embora não se possa resumir todas as iniciativas de polícia de proximidade e reformas organizacionais como orientadas por um mesmo sentido. Haveria que se analisar de maneira mais circunscrita as filosofias e formas de atuação das políticas públicas e ações governamentais, pois todo campo de políticas públicas é também um campo de disputas. Nesse sentido, entender como a delinquência juvenil é disputada por diferentes concepções e pressupostos em políticas públicas deve ser parte essencial de nossas preocupações.

Com base nestes pressupostos, traçamos a hipótese que a importância da delinquência juvenil como problema público está associada à disputa pela direção das mudanças sociais relativas ao peso da juventude na pressão sobre a realocação de recursos econômicos e reorganização de políticas públicas: a ênfase na resposta repressiva e punitiva é instrumentalizada como recuo à mudanças estruturais na correção das desigualdades sociais em Cabo Verde. Partimos, então, de uma orientação geral: a necessidade de recenrar o debate sobre a delinquência juvenil na discussão sobre os modelos de Estado que se pretende implementar a partir da interação entre sociedade civil e política.

Metodologia

Do ponto de vista metodológico, a intenção é contribuir para superar as antinômias entre a história das ideias e a sociologia da ciência e dos intelectuais, ao apontar para uma relação complexa entre a produção de conhecimento, a formação de redes ou coletividades de pesquisadores, as trajetórias de vida, as posições institucionais e os projetos políticos em pauta. Grosso modo, a produção nestas áreas se divide entre uma posição internalista - que aborda o pensamento através da leitura interna de obras, da sua arquitetura conceitual e argumentos, individualmente ou em relação com outras obras -, e uma posição externalista - que investe na análise das condições sociais de produção das obras, considerando o perfil sociológico dos agentes, suas representações e práticas sociais, e o espaço particular em que estão inseridos. Mais que fronteiras rígidas, configuram-se antes como posições polares que se combinam de modo mais ou menos equilibrado em cada trabalho. Porém, há uma tensão permanente entre a ótica que esvazia uma obra de qualquer contexto e a que se centra especialmente no contexto, abdicando de uma incursão mais aprofundada no plano das ideias.

Uma primeira referência de análise é a proposta de Wolf Lepenies, em seu estudo seminal sobre o surgimento da sociologia na Europa, em concorrência com a literatura e a ciência (1996). Além da acuidade descritiva e analítica das redes de relações e dos embates políticos, o autor ressalta uma dimensão subjacente aos contextos analisados, o embate entre duas culturas, a humanista e a técnica, categorias com potencial heurístico para outros contextos. Em termos operacionais, interessa centralmente os níveis de identidade a partir dos quais, em outro momento, o autor pretende tecer uma história da sociologia: identidade cognitiva - relativa à peculiaridade e coerência das orientações, paradigmas, formulações de problemas e instrumentos de pesquisa em concorrência; identidade social - análise dos processos de institucionalização, estabilidade organizatória que garante a sobrevivência na luta pela reputação científica; e identidade histórica - reconstrução do passado da disciplina, que serve tanto a uma distinção entre as disciplinas concorrentes, como referência a que todos os membros da comunidade científica da sociologia podem se remeter (Lepenies, 1981).

Uma segunda referência é Laurent Mucchielli, em seu *La Découverte du social. Naissance de la sociologie en France (1870-1914)*, que reconstrói o percurso pelo qual a sociologia se tornou uma disciplina universitária no decorrer dos séculos XIX e XX. O livro aborda a vida interna desse novo campo de conhecimento através da análise da concorrência entre Émile Durkheim, Gabriel Tarde e René Worms. Três estratégias intelectuais e três redes sociais que se opuseram, com diferentes posicionamentos políticos, e com propostas ora mais próximas do direito, da psicologia ou da antropologia. O autor ressalta o padrão de trabalho de grupo que teria fornecido as condições da vitória de Durkheim.. Importa ressaltar, em termos metodológicos, por um lado, a utilização da noção de redes pessoais, intelectuais, sociais e políticas como instâncias intermediárias entre indivíduos e instituições e, por outro, a constituição de uma disciplina. Enquanto forma padrão de organização da academia moderna, uma disciplina consistiria na reunião de um corpo de conhecimento transmitido de maneira sistemática, em procedimentos e técnicas de investigação, em núcleos de questões que orientam agendas de pesquisa, sustentados em um conjunto de instituições - revistas, associações profissionais, conferências, agências de financiamento. Abordar um processo de disciplinarização impõe considerar a própria historicidade das definições das disciplinas em análise e o modo como são construídos no plano das ideias e ao mesmo tempo entram em disputa pela nomeação da perspectiva legítima (Mucchielli, 1998; 2001).

Uma disciplina ganharia forma, nesse sentido, através da tensão entre dois processos principais (Garland, 2009): a especialização, através do qual os fenômenos são construídos como objeto científico pela adoção de representações sociais e pela observação de espaços de relação concretos ligados às preocupações políticas (no caso em foco, juventudes, violências e crimes, seus lócus, seus alvos e sua contenção); e a síntese teórica, por meio do qual a pluralidade de fenômenos designados por representações de senso comum é retrabalhada conceitualmente de modo a descrever e analisar estados e processos, que interligam o global e o local, o macro e o micro, história, cultura e conjuntura em um trabalho teórico-conceitual que orienta o conjunto de pesquisas num quadro interpretativo geral. Como resultado do equilíbrio entre os dois processos, os fenômenos estudados e as questões teóricas discutidas ensejam a formação de um corpus ou tradição de pensamento, onde são as avaliadas as contribuições para o saber, fixado e revisado o cânone teórico e de pesquisa através dos quais estudantes são treinados. Ocorre a interligação de grupos de pesquisa em torno de projetos científicos de médio e longo prazo, por meio dos quais se realiza a disputa pela continuidade dos paradigmas desenvolvidos, no sentido de sua institucionalização acadêmica (pesquisa e ensino) e legitimação do conhecimento na vida pública.

na vida pública.

Considerando as referências elencadas, o presente trabalho irá se dedicar à análise das ideias de maneira internalista, mas buscando não separá-la da análise dos processos de criação e institucionalização de disciplinas em meio às as disputas internas ao meio científico.

A pesquisa será implementada como revisão de literatura, de caráter bibliográfico. As etapas da Metodologia da pesquisa bibliográfica, a serem desenvolvidas pelos estudantes são: 1) apropriação do tema que levará em conta o interesse do estudante e seus conhecimentos prévios na área a ser pesquisada; 2) realização da pesquisa bibliográfica preliminar, que proporcionará um primeiro contato do aluno com o tema a ser estudado; formulação do problema, que deve ser feito sob forma de pergunta; 3) busca das fontes, que proporcionará as respostas ao problema levantado (GIL, 2010); 4) participação em grupos de estudo, voltados para a reflexão e elaboração dos conteúdos; 5) realização de fichamentos e resumos.

Sendo assim, a pesquisa será realizada através de leituras analíticas e interpretativas, voltadas para destacar as noções e categorias fundamentais dos estudos e as diferentes narrativas sobre a gênese e desenvolvimento dos processos analisados, bem como as indicações explícitas ou implícitas para o enfrentamento das questões políticas e práticas.

O projeto será finalizado com a redação de relatórios parciais e finais.

Os alunos voluntários serão avaliados antes de serem confirmados no lugar de pesquisadores do projeto.

Resultados Esperados/Metas

Entre as metas e resultados esperados, objetivamos fortalecer a área de Estudos sobre Direitos Humanos, Violências, Crime, Segurança Pública e Sistemas de Justiça, em diálogo com a literatura em Sociologia da Juventude, Relações Internacionais, Estudos Africanos, Sociologia Africana e Estudos Pós-Coloniais. Isto se dará também através da colaboração com outros Grupos de pesquisa. Esperamos realizar com isto a capacitação de estudantes brasileiros e estrangeiros, incentivando a pesquisa e a produção intelectual. Incentivaremos a apresentação anual de resultados de pesquisa em Seminários. Ao final, almejamos também trabalhar no sentido da publicação de uma coletânea de textos, escritos pelos integrantes do projeto.

Resultados esperados:

- 1) Organizar, com regularidade, grupos de estudo e leitura;
- 2) Fortalecer a linha de pesquisa em Estudos sobre Direitos Humanos, Conflitos, Violências, Segurança Pública e Justiça Criminal através, também, da colaboração com outros Grupos de pesquisa;
- 3) Realizar seminários na UNILAB, durante o projeto, para apresentar resultados parciais e finais à comunidade acadêmica e para fortalecer a colaboração com outros professores da UNILAB.
- 4) Publicação de artigos.

Referências

Revisão de Literatura

Elegemos duas áreas temáticas : 1) construção dos problemas públicos; 2) estudos em sociologia do desvio, acusação criminal e juventude.

1. Construção dos problemas públicos

Uma maneira de abordar as relações entre sociedade civil e política no enquadramento aqui proposto é analisar a construção de problemas públicos. Trata-se de entender como, em determinadas conjunturas, grupos sociais se organizam no espaço público no sentido de chamar atenção para o que consideram "problema", entrando em conflito, negociação e/ou colaboração para definir os seus contornos e os atores autorizados e responsáveis pela adoção de medidas para sua solução. Em geral, a literatura que trabalha este tema (Cobb & Elder, 1971; Gusfield, 1981; Cefai, 2017) o entende como um processo sincrônico: 1) reconhecimento pela sociedade ou identificação do problema e ordenação da agenda pública, através da mobilização de grupos socialmente interessados em promover o reconhecimento público de uma questão, por meio de reuniões, comissões, requerimentos, programas, projetos e pesquisas de opinião ; 2) a legitimação pela ciência, por meio da criação de disciplinas mais próximas das demandas sociais e administrativas, que auxiliam na definição do consenso sobre as demandas e da terapêutica adotada; 3) a institucionalização pelo Estado, com a formulação de uma política na agenda governamental; 4) a sua formalização e implementação, sob a forma de regulamentações gerais, direitos, equipamentos e transferências econômicas, assim como sua avaliação, pelo próprio Estado ou grupos organizados.

A partir de que referência se construiu o problema público da delinquência juvenil em Cabo Verde?

Um caminho interpretativo é apresentado por Sílvia Roque e Kátia Cardoso em Entre a marginalização e a securitização: jovens e violências em Cabo Verde e na Guiné-Bissau (2013), através do diálogo com as contribuições dos Estudos para a Paz (Galtung, 1990; Pureza e Cravo, 2005). Esta corrente de pensamento em Relações Internacionais tem trabalhado com o conceito de violências da paz, compreendida como vivência das violências microlocalizadas presentes em contextos de paz formal, alimentadas por culturas, estruturas e mecanismos de facilitação, os quais, em outros contextos estão também na origem de processos de guerra associados a objetivos vistos como políticos. Tais violências sofreriam processos de ocultação, que serviria ao propósito de esconder as falhas de um modelo de paz liberal: as violências são remetidas para as insuficiências das periferias no cumprimento de uma agenda de paz violenta, que se baseia num conjunto de medidas cada vez mais securitárias que se reproduzem à escala internacional de forma estandardizada e que pretendem controlar as populações consideradas ameaçadoras, especialmente os jovens de países periféricos ou das periferias das sociedades centrais.

Esta ocultação teria se tornado menos dissimulada com o triunfo do neoliberalismo. As periferias do sistema mundo, especialmente o continente africano, passaram a ser encaradas principalmente como uma fonte de problemas para o sistema internacional, onde imperam ameaças como o subdesenvolvimento crônico e a corrupção, os conflitos armados e os refugiados, ou ainda os chamados Estados falhados ou o terrorismo, imperfeições contra natura que devem ser normalizadas. A ocultação das violências seria operada através de três processos dominantes: naturalização da violência (violência como condição normal das periferias e da pobreza); despilitização, deslegitimação e criminalização da violência; internalização das causas e atores da violência e externalização das respostas (a violência é vista unicamente como produto do fracasso das entidades políticas nacionais).

Estes processos de ocultação alimentam a emergência de um modelo institucional e politicamente demarcado de paz global dirigido à resolução dos problemas das periferias que assenta na indiferença que vota à necessidade de transformação de estruturas de desigualdade, sejam elas de matriz cultural e social ou económico, ao nível nacional como internacional. Este consistiria em um conjunto de prescrições com vista à liberalização económica e à globalização de um modelo particular de governação interna, atuando através da de receitas repetidas com os objetivos da construção ou consolidação da paz ou ainda da construção ou consolidação dos Estados. São ingredientes destas receitas: a abertura económica dos países periféricos, o credo da iniciativa privada, da privatização e da austeridade; a transferência das funções de proteção social para as redes formais e informais fora do Estado; a replicação de instituições formais e aparentemente funcionais de Estados; e uma democracia de baixa intensidade (Sogge, 2010; Pureza et al, 2007).

2. Sociologia do desvio, da acusação criminal e da violência: a juventude como objeto

Uma referência fundamental nos estudos sobre juventude, conflitos e violência se originam da Escola de Chicago no início do século XX, que se dedicou ao estudo sociológico da criminalidade a partir da adaptação de imigrantes à vida metropolitana, ao comportamento juvenil em gangues, entendendo a cidade como cenário que aciona nos indivíduos e grupos processos de competição por recursos e adaptação de valores. Um primeiro alcance desta tradição de estudos foi a crítica ao enfoque crime no indivíduo criminoso e o enfoque em processos de aprendizado e conflito entre grupos. O meio social urbano torna-se mais importante como referência de análise multifatorial, sem desconsiderar como a psicologia social e individual se relacionam a este meio. Por meio de suas diferentes teorias, a Escola de Chicago esteve associada à uma crítica das desigualdades sociais e a promoção de políticas públicas que acionam a capacidade próprias das comunidades e grupos em se organizarem, bem como do Estado apoiar a construção de equipamentos (escolas, creches, hospitais, parques, áreas de lazer...) que integrem as áreas desprivilegiadas aos direitos de cidadania. As políticas de prevenção e de integração tornam-se centrais, em substituição à ênfase repressiva e penal.

Em termos teóricos e de pesquisa uma variante importante foi a perspectiva interacionista simbólica, voltada à compreensão da ação inter-individual e entre grupos na formação de padrões culturais, identidades e formas de organização. Herdeira dos estudos de Georg Simmel sobre formas de socição através do conflito e da competição e da psicologia de Georg Mead, a respeito da formação e orientação do self, o interacionismo simbólico se revelou perspectiva de análise fundamental em múltiplas direções a partir dos anos 1960, como nas reflexões de Ervin Goffman sobre estigma e de Howard Becker sobre acusações de desvio.

Como a escapar de raciocínios que fundamentam tendências inatas à prática de comportamentos antissociais e anormais, Goffman estuda a maneira como alguns indivíduos e grupos são depreciados através de atributos e marca. O estigma seria depreciação de indivíduos baseados em atributos que os distinguem da normalidade imposta socialmente. O atributo que estigmatiza geralmente anula a consideração de outros atributos que não sejam depreciativos, afastando o indivíduo, que é considerado inapto às relações sociais.

Quem marca os estudos sobre "estigma" desvio, acusação e juventude é Howard Becker em seu estudo *Outsiders* Estudos de Sociologia do Desvio. Neste livro, Becker fornece indicativos teóricos e metodológicos sobre como considerar as práticas de acusação de indivíduos e comportamentos considerados desviantes, que passa pela própria consideração da prática corriqueira de atos considerados inapropriados por grande parte da população, mas cuja depreciação acaba por recair, em geral, nos indivíduos e grupos com menos recursos para confrontar acusações. Ele investiga também as práticas associadas ao uso recreativo de maconha o aprendizado sobre o uso de maconha entre grupos, em geral, de jovens, que vincula indivíduos entre si na maneira de sentir prazer e de justificar o uso frente a condenações morais. Vale ressaltar que, em sua análise, tão importante quanto o estudo do indivíduo considerado antissocial é a construção das categorias de acusação pelos grupos que criam as normas e as impõem ao restante da sociedade. Becker analisa, nesse sentido, o trabalho coletivo de imposição de normas através de empreendedores morais em campanhas cívicas e articulações políticas que visam criar e gerir leis, como as que criminalizam o consumo de álcool e outras drogas. Essa perspectiva, aliás, dialoga com o referencial de análise sobre construção dos problemas públicos mobilizado no presente estudo.

Através destes estudos se possibilitam inúmeras questões: como naturalizar o que é crime ou tendências inatas ou grupais ao crime em determinadas populações sem considerar os conflitos morais e desigualdades e de recursos na imposição de normas que incidem sobre indivíduos e populações depreciadas? Como o funcionamento do aparato policial e jurídico é influenciado por preconceitos e estigmas relacionados a questões étnico-raciais e à uma suposta cultura da pobreza? Considerar questões como estas não significa não enxergar problemas em atos violentos ou diminuir a importância de padrões culturais de afirmação da violência, mas constitui indicativos sobre como a classificação do que é violência e quais indivíduos e grupos estão a ela ligados pode direcionar ao reforço de sistemas de dominação e desigualdades através do aparato policial e penal que, por sua vez, reforçam a criação de padrões culturais de afirmação de violência por parte de grupos depreciados.

No caso da(s) juventude(s) abre-se espaço para dialogar sobre uma série de comportamentos (formação de identidades, de rivalidades e de desafios à ordem) que se associam a uma ideia da juventude como fonte de risco e perigo, especialmente a juventude associada à pobreza. Como referência inicial em nosso estudo, consideraremos a maneira como, no Brasil, foram produzidas pesquisas sobre delinquência juvenil associada à pobreza e ao narcotráfico a partir dos anos 1970. Para isso, trazemos como ponto de partida as pesquisas desenvolvidas pela antropóloga Alba Zaluar, no Rio de Janeiro, como exemplificação e referencial dessa trajetória de estudos.

Na obra da antropóloga Alba Zaluar, o princípio explicador da conduta criminosa não seria a pobreza, mas a exclusão social, que se refere a diversos processos simultâneos, de causalidade complexa, entre os quais se incluem não somente o desemprego, mas o afastamento da escola, a diluição dos laços sociais com o enfraquecimento do associativismo local e a consequente ausência de organizações que regulem os conflitos interpessoais, e a situação de privação relativa na busca por prazer e poder, que reforça a motivação para o ato desviante. Nesse cenário, o aumento do consumo de cocaína e a fácil aquisição de armas de fogo, especialmente por adolescentes, provocaria uma reviravolta nas relações de poder no interior desta população. Na medida em que o tráfico de drogas oferece aos jovens em dificuldades no mercado de trabalho a oportunidade de ganhar dinheiro e status, a autoridade dos homens adultos passa a ser contestada por "jovens revoltados" com arma na cintura. Assim, a opção pela criminalidade entre a juventude se constituiria como um aspecto da opção por um determinado estilo de vida, ligado aos princípios do individualismo moderno e do sucesso pelo poder das armas e do dinheiro, expressos no consumismo de ostentação e no ethos

princípios do individualismo moderno e do sucesso pelo poder das armas e do dinheiro, expressos no consumismo de ostentação e no ethos guerreiro, baseado na "disposição para matar" como afirmação de uma hipermasculinidade.

A entrada no universo do crime, nesse sentido, se realizaria especialmente através de relações constituídas na resolução de conflitos interpessoais: na retribuição de um insulto, na recuperação da honra e da masculinidade ou na defesa contra um aचाque policial, a arma ou o dinheiro emprestado pelo "bandido" pode se tornar um primeiro passo dentro de um jogo de trocas e favores, que formaria uma engrenagem, o condomínio do diabo, a dificultar a saída da influência do mundo do crime. Isso ocorreria paralelamente à territorialização do tráfico nos bairros e favelas e a sua articulação em Comandos, que modificam as atribuições e influência dos "donos da boca". Anteriormente integrados como apenas mais um elemento da vida social local, ao longo da década de 1980 o "dono da boca" passa a ser o "dono do morro", aquele que comanda todas as "bocas" de um determinado território, mas que também começa a interferir na associação, na escola de samba, no bloco de carnaval, em todos os setores da vida social, transformando o domínio em terror. As guerras entre os donos das bocas exemplificariam as reações e acomodações a um estágio da evolução do tráfico de cocaína, que trouxe uma corrida armamentista entre quadrilhas e comandos de traficantes com o objetivo de afastar competidores dos territórios já dominados na maioria das favelas da cidade.

Dessa maneira, a autora indica as mudanças que tornaram tráfico de drogas um fator que reorganiza as relações sociais em favelas no Rio de Janeiro, em continuidade com processos mais amplos de intercâmbio cultural e econômico. A coincidência da política norte-americana da guerra às drogas com as mudanças culturais que associam juventude, prazer e consumo a partir dos anos 1970 teria favorecido o aumento da violência em quase todo o continente americano, abrindo a possibilidade de que o comércio dessas mercadorias se torne lucrativo a ponto de fomentar o surgimento de organizações, não necessariamente burocráticas, embora hierárquicas, para manter a continuidade da atividade em redes de fornecedores no atacado e vendedores no varejo. Na conexão entre os planos global e local, a questão principal, seria investir nas redes subterrâneas que favoreceram a entrada de ricos negociantes nos mercados informais como fator de constituição de um "exército de empregados e sócios menores" responsáveis pelo domínio territorial para a venda de tráfico no varejo. Estas relações subterrâneas explicariam a acumulação de capital por atores exteriores, responsáveis pela continuidade do abastecimento de drogas e armas às redes locais de traficantes, cujas lideranças sucedem-se em ciclos curtos de vida e de acumulação por conta da lógica de guerra com grupos rivais e com a polícia.

Estão são referências iniciais de uma sociologia da violência e da juventude produzida no Brasil que servirá de amparo teórico na discussão sobre o fenômeno da delinquência juvenil em Cabo Verde e que poderá fornecer tanto subsídios comparativos, tendo em vista a difusão das maneiras de fazer o crime do Brasil para os países africanos através da conexão lusófona do tráfico de drogas

Membros do Projeto

CPF	Nome	Categoria	CH Dedicada	Tipo de Participação
618.266.183-68	SILVIANA FERNANDES MARIZ	DOCENTE	2	INSTRUTOR (A)
007.684.823-05	FRANCISCO THIAGO ROCHA VASCONCELOS	DOCENTE	5	ORIENTADOR (A)

2022

Atividades	Ago	Set	Out	Nov	Dez
LEITURAS PARA A COMPOSIÇÃO DO REFERENCIAL TEÓRICO DA PESQUISA E SOBRE HISTÓRIA DE CABO VERDE					
LEITURA DE TEXTOS SOBRE "DELINQUÊNCIA JUVENIL" EM CABO VERDE SESSÕES DE DISCUSSÃO E SISTEMATIZAÇÃO RELATÓRIO PARCIAL					
CONTINUIDADE DE LEITURA E SESSÕES DE DISCUSSÃO SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE FINAL RELATÓRIO FINAL					

2023

Atividades	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago
LEITURAS PARA A COMPOSIÇÃO DO REFERENCIAL TEÓRICO DA PESQUISA E SOBRE HISTÓRIA DE CABO VERDE								
LEITURA DE TEXTOS SOBRE "DELINQUÊNCIA JUVENIL" EM CABO VERDE SESSÕES DE DISCUSSÃO E SISTEMATIZAÇÃO RELATÓRIO PARCIAL								
CONTINUIDADE DE LEITURA E SESSÕES DE DISCUSSÃO SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE FINAL RELATÓRIO FINAL								

Avaliações do Projeto

Situação/Parecer	Data da Avaliação	Média
NÃO REALIZADA		0.0
AVALIAÇÃO REALIZADA Declaro que procedi a leitura integral do projeto de pesquisa e de plano(s) de trabalho(s) cadastrados no SIGAA, visando inteirar-me dos argumentos científicos e/ou tecnológicos apresentados pelo docente proponente, avaliando-os com equidade ao emitir o parecer pelo qual assumo total responsabilidade.	31/03/2022	59.2
AVALIAÇÃO REALIZADA Proposta adequada para aprovação, apenas com alguns problemas de formatação na ordem de alguns itens.	14/03/2022	54.5

Histórico do Projeto

Data	Situação	Usuário
14/02/2022	SUBMETIDO	FRANCISCO THIAGO ROCHA VASCONCELOS / fvasconcelos
10/03/2022	DISTRIBUIÇÃO PARA AVALIAÇÃO (MANUALMENTE)	RENATO FARIAS DE PAIVA / renatopaiva
10/03/2022	DISTRIBUIÇÃO PARA AVALIAÇÃO (MANUALMENTE)	RENATO FARIAS DE PAIVA / renatopaiva

31/03/2022	DISTRIBUIÇÃO PARA AVALIAÇÃO (MANUALMENTE)	RENATO FARIAS DE PAIVA / renatopaiva
10/02/2023	EM EXECUÇÃO	RENATO FARIAS DE PAIVA / renatopaiva

Relatório Emitido por: SILVIANA FERNANDES MARIZ

SIGAA | UNILAB - Copyright 2016 - Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI

Projeto de Pesquisa

Dados do Projeto Pesquisa	
Código:	PVH1634-2022
Titulo do Projeto:	Mulheres e tráfico de drogas nos países africanos de língua portuguesa
Tipo do Projeto:	INTERNO (Projeto Novo)
Categoria do Projeto:	Iniciação Científica e Tecnológica
Situação do Projeto:	EM EXECUÇÃO
Unidade:	INSTITUTO DE HUMANIDADES (10.00.07)
Centro:	INSTITUTO DE HUMANIDADES (10.00.07)
Palavra-Chave:	mulheres; tráfico de drogas; países africanos; língua portuguesa.
E-mail:	silviana_mariz@unilab.edu.br
Edital:	Edital Proppg 02/2022- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - Pibic (CNPq/UNILAB/Fapesb/Funcap)
Cota:	2022-02 Pibic-Unilab-IC (01/10/2022 a 30/09/2023)
Área de Conhecimento, Grupo e Linha de Pesquisa	
Área de Conhecimento:	História Moderna e Contemporânea
Grupo de Pesquisa:	Grupo de Pesquisa em Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH) (6311984629334160)
Linha de Pesquisa:	linha default
Resumo	
<p>Este projeto pretende conduzir uma análise da produção, na área das Ciências Humanas, sobre o tema da participação de mulheres como agentes e vítimas nas dinâmicas relacionadas ao tráfico de drogas nos países africanos de língua portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe). Esta análise se realizará, primeiro, através do mapeamento da área disciplinar, autores, conceitos e metodologias utilizadas. Em um segundo momento, analisaremos as descrições e explicações sobre os tipos de envolvimento de mulheres na trama da criminalidade internacionalizada.</p> <p>O presente projeto é parte de um programa de pesquisa mais amplo, iniciado em 2019, voltado ao mapeamento temático, conceitual e metodológico no campo dos estudos sobre direitos humanos, violência, crime, segurança pública e justiça criminal em "África lusófona". Neste programa, pretende-se favorecer o exercício comparativo entre as realidades, os referenciais conceituais e as teses interpretativas dos países lusófonos africanos entre si e com o Brasil; analisar as concepções de políticas públicas de segurança e justiça criminal, assim como as ações implementadas e suas consequências.</p> <p>Como base teórica para o presente estudo, elegemos três temáticas principais: 1) os efeitos da globalização desde os anos 1990 sobre a emigração de africanos/as; 2) a "colonização" de rotas prévias de emigração de africanos/as pelas novas rotas do tráfico internacional, sobretudo da América Latina para a Europa; 3) a questão de gênero suscitada pela forma de inserção de mulheres nas dinâmicas associadas ao tráfico de drogas.</p>	
Introdução/Justificativa	
(incluindo os benefícios esperados no processo ensino-aprendizagem e o retorno para os cursos e para os professores da UNILAB em geral)	

Introdução

A dinâmica da globalização, a partir dos anos 1980, não atingiu igualmente as sociedades do Norte e do Sul. Intensificou-se a circulação de bens e de pessoas, privilegiando, principalmente, países de economias estáveis que começavam a alargar seus negócios, caso dos chamados "países em desenvolvimento" ou "emergentes". Em relação aos países africanos, a globalização acompanhou a crise dos governos socialistas e sua aproximação com a economia de livre mercado, que intensificou a circulação de pessoas e mercadorias, lícitas e ilícitas, e a dificuldade dos Estados em controlar fluxos e fronteiras. Criaram-se [...] oportunidades de lucro para as redes de contrabando [que] enfraquecem os estados-nacionais ao limitar sua capacidade de reprimir as investidas das redes globais que agridem suas economias, corrompem seus políticos e minam suas instituições (NAIM, 2005, p.14).

Modificaram-se, também, o nível e a forma de articulação política das violências associadas à expansão dos mercados:

[...] em muitos casos, com efeito, trata-se para os protagonistas da violência não de visar o poder do Estado para aceder a ele, ou de tentar penetrar no centro de um sistema político, mas de manter o Estado à distância para dedicar-se a atividades econômicas, ao tráfico de drogas, de objetos roubados, mas também de crianças ou de órgãos humanos etc. (WIEVIORKA, 1997, p.30).

Ou seja, em determinados contextos, as redes criminosas também podem estar entrelaçadas com atores do Estado, numa relação típica de estados antidemocráticos ou em crise política e econômica aguda, os chamados "Estados fracos" ou "Estados frágeis". Este tema tem marcado a preocupação de organizações internacionais que monitoram a estabilidade e o desenvolvimento dos países da África Ocidental. São elas também, em grande parte, as responsáveis pela produção e disseminação de diagnósticos e medidas para as realidades dos países dessa região, das quais derivam outras noções como: Estados quebrados (broken states), Estados fraturados, Estados em colapso ou em falhanço, Estados em crise, Estados ineficazes, Estados paralelos ou bifurcados; Estados-fantasma ou Estados-sombra (FERREIRA, 2014). A proliferação de conceitos alternativos indica se tratar de uma realidade muito heterogênea e de "um conceito fluido, demasiado abrangente, indeterminado e com uma forte conotação política" (FERREIRA, 2014, p.30), cuja utilidade e aplicabilidade é questionável. Em decorrência, alguns autores propõem conceitos alternativos; outros, rejeitam-no.

De toda maneira, estes conceitos tornaram-se usuais na retórica e na prática da comunidade internacional nas últimas três décadas. A sua utilização se dá não somente nas reflexões acadêmicas das Relações Internacionais e da Sociologia, mas também no âmbito do planejamento estratégico e da operacionalização de políticas. Os conceitos têm servido para chamar atenção para situações de crise e conflito que afetam principalmente os países do Sul Global e especialmente aqueles do continente africano. Há uma preponderância dos países da África Subsariana nos rankings e classificações de Estados denominados frágeis ou falhados, com consequências para a persistência dos conflitos violentos no continente, mesmo com o maior número de missões de paz das Nações Unidas, e para a elegibilidade dos fluxos de ajuda externa e de investimento:

Parece existir, a este propósito, uma percepção generalizada de que existe um problema com o Estado Africano, uma singularidade ou patologia que reforça as imagens de insegurança, conflito, catástrofe ou fome frequentemente associadas ao continente africano e que contribui para um afro-pessimismo do Ocidente [...] As percepções dominantes no Ocidente parecem [...] tratar a conflitualidade e fragilidade do Estado como se estas fossem uma exceção no sistema internacional, como sendo um fenômeno recente e largamente identificado com África (FERREIRA, 2014, p. 12).

Um exemplo emblemático desse enquadramento é o caso de Guiné-Bissau, nas últimas duas décadas. Na esteira de uma discussão sobre estabilização política de Guiné-Bissau, cuja história desde a independência é marcada por governos autoritários, por golpes de Estado e assassinatos políticos, estes estudos já consideravam o país como um "Estado Frágil", dependente de assessoria internacional para a boa governança e o desenvolvimento. Hoje, o país é classificado como um tipo particular de "Estado falhado: o primeiro "Narco-Estado" africano (UNODC, 2018; O'REGAN & THOMPSON, 2013); um dos pontos de articulação da chamada "conexão lusófona" ou "corredor lusófono transatlântico", rede do tráfico de drogas envolvendo Cabo Verde, Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, na qual grupos brasileiros jogam um papel importante como intermediários entre os fabricantes de cocaína na Colômbia e as rotas de contrabando para a Europa. Por essa razão, o país tem sido abordado pela imprensa e consultores internacionais como um risco para a segurança regional da África Ocidental, pelos efeitos desestabilizadores que o narcotráfico teria nas relações políticas internas e externas. A classificação como "Narco-Estado" marca também um momento específico de mudança na interpretação sobre o país e da ajuda necessária, agora pautada principalmente na Reforma do Setor da Segurança, da Justiça Penal e do controle policial e fiscal sobre fronteiras como condicionalidades para o desenvolvimento.

O conceito de "Narco-Estado" se origina da discussão sobre países, principalmente da América Latina, nos quais os Estados sofrem a concorrência de grupos produtores/exportadores de drogas ilegais, como maconha e cocaína (CORONA, 2008). O fornecimento de bens públicos, o monopólio da violência e o controle do território seriam exercidos por um "Estado paralelo" em concorrência aberta, como no caso das FARC na Colômbia, ou em coabitação com o Estado formal, caso de El Salvador e do México. Estes grupos estabeleceriam uma regulamentação da vida social não apenas no sentido da viabilidade econômica dos negócios, na forma de acordos de corrupção entre atores privados e públicos para o escoamento das mercadorias. Trata-se de um controle político sobre territórios associado à influência sobre as normas de convivência do que é justo e de sua punição e os valores culturais e suas formas de expressão simbólica como certa performance da masculinidade guerreira e de fidelidade ao grupo de uma parcela da população, especialmente a juventude pobre. Razão pela qual toda uma discussão acadêmica irá tematizar a existência não somente de um Narco-Estado, mas de uma Narco-Cultura, como aspectos de uma singular forma de Estado frágil.

Esse enquadramento começa a ser utilizado não somente na América Latina, mas em regiões afetadas pelo fluxo de produção e comercialização de drogas ilegais, como o continente africano, em reforço à perspectiva do pós-11 de setembro, ao aliar políticas de desenvolvimento a políticas de segurança e combate ao terrorismo. Dá-se especial atenção à África Ocidental como região propícia à desestabilização em decorrência da conjunção de interesses entre narcotraficantes e quadros das forças armadas e elites políticas em países já marcados pela fragilidade institucional e instabilidade política. Assim, além do caso de Guiné-Bissau como "Narco-Estado" e da "conexão lusófona", a África Ocidental também chama atenção a ideia de "narcoterrorismo" a partir de uma suposta conexão, defendida pelo UNODC, entre o tráfico de drogas, a Al Qaeda e o ISIS a partir da Nigéria e arredores (COHEN, 2019).

Para a finalidade que nos interessa, o estudo da inserção de mulheres nas rotas do tráfico de drogas, é importante entender um pouco da história do tráfico de drogas entre a América Latina e a África, principal rota da mercadoria para a Europa.

Hipóteses:

Partimos do pressuposto de que o fenômeno da inserção de mulheres no tráfico de drogas não pode ser dissociado de fatores históricos e econômicos, entre eles: 1) os efeitos da globalização nos países africanos foram acompanhados de conjunturas de mudança política e de "ajustamento estrutural" da economia por meio de princípios neoliberais, resultando na fragilização dos Estados frente ao simultâneo endividamento e descontrole do fluxo ilegal de mercadorias; e 2) a "colonização" de rotas prévias de emigração de africanos para Europa, Estados Unidos e Brasil, ligadas ao comércio informal ou à sobrevivência diante de crises econômicas e políticas, pelas novas rotas do tráfico internacional é construída de maneira assemelhada a um tipo de "tráfico humano" (COHEN, 2019).

Estes serão os dois eixos de nossa revisão teórica, aos quais se junta, como terceiro eixo, o lugar da mulher como "mula", a partir do qual construímos nossa hipótese: a inserção de mulheres africanas nas rotas de emigração é estruturada em um contexto de maior protagonismo e ao mesmo tempo de fragilização do papel do gênero feminino em sociedades africanas elas tornam-se responsáveis pelas atividades domésticas e também se tornaram provedoras, sem necessariamente alcançarem, com isso, posições públicas de comando, seja em nível comunitário ou estatal. Esse contexto favoreceu a inscrição de mulheres nas rotas do tráfico de drogas, como "mulas", submetendo-as a um papel de gênero subordinado. Condições pelos problemas econômicos e de integração social nas sociedades em que são imigrantes, mulheres se submetem a uma atuação de risco tendo em vista coações, o retorno a seu país de origem ou emigração à um país visto como mais promissor.

Justificativa:

Este projeto se coloca em sintonia com as diretrizes da Unilab que afirmam os princípios da interculturalidade e promovem uma cultura do respeito e da integração. É preciso capacitar docentes e estudantes com sólidos argumentos para desconstruir discursos que reafirmem a desigualdade de gênero e práticas autoritárias sobre a manutenção da ordem pública e que limitem a extensão da cidadania através do uso da violência informal ou oficial como argumento para a diminuição do sentimento de insegurança, para o controle da criminalidade e a administração de conflitos interpessoais.

Este é um tema ainda pouco desenvolvido também na Unilab, razão para a qual há expectativa de que este projeto abra novas e promissoras linhas de pesquisa. A implementação deste projeto trará ganhos sensíveis para os cursos do Instituto de Humanidades, em particular, e para toda a universidade, de modo geral; e estará vinculado a disciplinas obrigatórias e optativas. Estudantes ligados/as ao projeto se beneficiarão de atividades em grupo, para a leitura, o estudo e a compreensão dos textos principais a serem trabalhados.

Com este projeto, haverá também retornos significativos no fortalecimento da área dos Estudos sobre Direitos Humanos, Violência,

Com este projeto, haverá também retornos significativos no fortalecimento da área dos Estudos sobre Direitos Humanos, Violência, Conflitos, Segurança Pública e Justiça Criminal na Unilab, mantendo uma sólida articulação com os Estudos Africanos e com a Sociologia Africana. Através do fortalecimento destas áreas de ensino e de pesquisa, será também possível tecer novas redes de colaboração entre docentes da Unilab e de outras universidades, inclusive internacionais.

A importância deste projeto reside também na possibilidade de realização de comparações futuras com o debate sobre o tema no Brasil, em um tema que a produção da sociologia brasileira esteve tradicionalmente "de costas" para o continente africano.

Objetivos

Objetivo geral

Este projeto pretende conduzir uma análise da produção, na área das Ciências Humanas sobre o tema da participação de mulheres africanas de países de língua oficial portuguesa em redes de tráfico de drogas.

Entre os objetivos específicos, almejamos:

- 1) Mapear a produção acadêmica sobre os temas em seminários, congressos, editais de pesquisa, periódicos e livros;
- 2) Analisar as hipóteses construídas para explicar o fenômeno e quais as políticas públicas desenvolvidas;
- 3) Promover o cruzamento de referências da produção brasileira, africana e portuguesa sobre a questão, construindo um quadro geral, de acordo com a situação de cada país abordado;
- 4) Promover a introdução de estudantes na questão e seu treinamento na revisão bibliográfica e na discussão teórica como forma de incentivá-los/las à pesquisa de campo.

Bibliografia:

BARDIN Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

COHEN, Corentin. Desenvolvimento do mercado de drogas brasileiro em direção à África: mitos, evidências e questões teóricas. *Journal of illicit economies and development*; 1(2), pp. 22-33. DOI: <https://doi.org/10.31389/jied.27>, 2019.

DUARTE, Joana das Flores Mulas e Mulheres no Brasil: uma questão de gênero, justiça e interseccionalidade* Vértices (Campos dos Goitacazes), vol. 22, 2020 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Brasil Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=625764793016> DOI: <https://doi.org/10.19180/1809-2667.v22nEspecial2020p871-888> :

FEDERICI, S. O ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução de Coletivo Sycorax, São Paulo: Elefante, 2019.

FELTRAN, G. The Management of Violence on the São Paulo Periphery: the repertoire of normative apparatus in the PCC era. *Vibrant, Virtual Brazilian Ethnography*, 7(2), 2010.

FERREIRA, S, LIMA, R e BESSA, V. 2009. Criminalidade violenta e homicídios em São Paulo: fatores explicativos e movimentos recentes. *Coleção Segurança com Cidadania/Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça*, 2(1): 1120, 2009.

GARLAND, David. Disciplining criminology? In: *Sistema Penal & Violência*, Porto Alegre, v.1, n.1, p.114-125, jul/dez, 2009.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2005

NAÍM, Moisés. *Ilícito: o ataque da pirataria, da lavagem de dinheiro e do tráfico à economia global*. Trad. José Lopes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

NASCIMENTO, Allan. « Obstáculos aos direitos humanos das mulheres deslocadas internamente: o caso angolano », *Revista Angolana de Sociologia [Online]*, 13 | 2014, posto online no dia 04 junho 2016, consultado no dia 03 maio 2019. URL : <http://journals.openedition.org/ras/981> ; DOI : 10.4000/ ras.981 :

PRADO, H. Z. A. O Comércio de Drogas Ilegais na Trajetória de Trabalho de Mulheres Presas na Penitenciária Feminina do DF. 2016. 155 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/20793>. Acesso em: 20 ago. 2020

QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 1. ed. Rio de Janeiro : Record, 2015.p.89.

SUZETE, José. Os fios invisíveis do tráfico internacional de pessoas e órgãos: um olhar sobre os bastidores em Angola. Trabalho de Conclusão de Curso Bacharelado em Humanidades, Unilab, São Francisco do Conde, 2021.

TOMAZONI, Larissa. Mulheres estrangeiras encarceradas. Disponível em: <http://www.salacriminal.com/home/mulheres-estrangeiras-encarceradas>. Acesso: 30/01/2022., p. 233-254. 2017

TRAN, Léa Barreau. Express Luanda, trajetos e trajetórias de comerciantes angolanas em trânsito na cidade de São Paulo. *Revista Cabo dos Trabalhos*, Centre de Estudos Sociais, Coimbra, n. 10, juin 2014, p. en ligne sp, 2014.

WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. *Tempo social*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 5- 41, mai 1997.

Metodologia

Metodologia

A pesquisa será implementada como revisão de literatura, de caráter bibliográfico, bem como monitoramento de mídia. As etapas da Metodologia da pesquisa bibliográfica, a serem desenvolvidas pelos/as estudantes são: 1) apropriação do tema que levará em conta o interesse do/a estudante e seus conhecimentos prévios na área a ser pesquisada; 2) realização da pesquisa bibliográfica preliminar, que proporcionará um primeiro contato do/a aluno/a com o tema a ser estudado; formulação do problema, que deve ser feito sob forma de pergunta; 3) busca das fontes que proporcionará as respostas ao problema levantado; 4) participação em grupos de estudo, voltados para a reflexão e elaboração dos conteúdos; 5) realização de fichamentos e resumos; 6) monitoramento de mídia (portais de notícias e redes sociais).

Optamos por nos ancorar na análise de conteúdo, como técnica hermenêutica de comunicações, seja livros, artigos, entrevistas ou debates, através da qual se realiza a interpretação do sentido de palavras, de temas-chave e de suas combinações entre si buscando localizar conteúdos manifestos e latentes (BARDIN, 1977). Sendo assim, a pesquisa será realizada através de leituras analíticas e interpretativas, voltadas para destacar as noções e categorias fundamentais dos estudos e as diferentes narrativas sobre a gênese e o desenvolvimento dos processos analisados, bem como as indicações explícitas ou implícitas para o enfrentamento das questões políticas e práticas.

Iniciaremos o mapeamento bibliográfico através da conexão entre o tema do tráfico de drogas e o continente africano, para então circunscrever casos nacionais e suas particularidades; levaremos em conta, especialmente: o fenômeno da globalização e das imigrações; a discussão sobre o lugar das mulheres nestas sociedades; o tráfico de drogas e seu funcionamento; o lugar das mulheres no tráfico.

O projeto será finalizado com a redação de relatórios parciais e finais; além de publicação em revistas especializadas com Qualis Capes. Os/as alunos/as voluntários/as serão avaliados/as antes de serem confirmados/as no lugar de pesquisadores do projeto.

Resultados Esperados/Metas:

Entre as metas e os resultados que almejamos, objetivamos fortalecer a área de Estudos sobre Direitos Humanos, Violências, Crime, Segurança Pública e Sistemas de Justiça, em diálogo com a literatura em Relações Internacionais, Estudos Africanos, Sociologia Africana e Estudos Pós-Coloniais. Isto se dará também através da colaboração com outros Grupos de pesquisa. Por outro lado, buscamos também enriquecer o campo dos Estudos de Gênero, ao dialogarmos com o trabalho de estudiosas situadas neste campo de investigação e assim, contribuímos para iluminar esse nicho de pesquisa que, apesar de necessário e urgente, por vezes, vem sendo negligenciado. As estatísticas mostram o crescimento da participação feminina neste mercado cada vez mais estruturado internacionalmente e que se avizinha de outras formas ilegais de acumulação financeira por parte de redes criminosas.

Esperamos realizar com isto a capacitação de estudantes brasileiros/as e internacionais, incentivando a pesquisa e a produção intelectual. Incentivaremos à apresentação anual de resultados de pesquisa em Seminários e Congressos. Ao final, almejamos também trabalhar no sentido da publicação de uma coletânea de textos, escritos pelos/as integrantes do projeto.

Resultados esperados:

- 1) Organizar, quinzenalmente, grupos de estudo e leitura;
- 2) Fortalecer a linha de pesquisa em Estudos sobre Direitos Humanos, Conflitos, Violências, Segurança Pública e Justiça Criminal através, também, da colaboração com outros Grupos de pesquisa;
- 3) Realizar seminários na UNILAB, durante o projeto, para apresentar resultados parciais e finais à comunidade acadêmica e para fortalecer a colaboração com outros professores da UNILAB.
- 4) Publicação de artigos.

Revisão de Literatura (Parte I)

Para evitar o controle estadunidense na região do Caribe e contornar a queda do consumo nos Estados Unidos, o cartel Norte del Vale, da Colômbia, talvez tenha sido o primeiro agente criminal latino-americano a desenvolver uma rota própria pela África Ocidental para chegar à Europa. Para isso, fez alianças com a elite política e as forças estatais, como o presidente da Guiné-Bissau, Lino Vieira, reempossado em julho de 2005. Na Guiné Conacri, por sua vez, alega-se que traficantes contaram com a proteção da guarda presidencial pelo menos até 2008. Assim, conectado a diversos países da África Ocidental surgiu um mercado transatlântico de clientelismos, nos quais diferentes produtores e intermediários contavam com redes em permanente conflito umas com as outras. A capacidade de oferecer proteção passou a ser primordial:

Na África Ocidental, acredita-se que o desenvolvimento da competição por proteções e controle da cadeia de valores tenha sido a causa de vários conflitos violentos na região. O conflito no norte do Mali, a competição entre grupos tribais e a rebelião tuaregue em Azawad (que levou à revolta separatista contra o governo de Bamako) podem ser citados como exemplos. Ellis e Shaw sugerem que a principal causa do conflito foram rivalidades econômicas pelo controle das remessas de cocaína em direção ao norte e de mercadorias subsidiadas em direção ao sul, provenientes da Argélia (Ellis Shaw 2015). Na Guiné-Bissau, a rivalidade e a competição estariam concentradas nas forças militares (mais precisamente na Marinha), na polícia e em diferentes redes políticas, o que contribuiria para a instabilidade do país (Shaw 2015). A necessidade de estabilidade e de proteção constantes para garantir a circulação das mercadorias tende a favorecer agentes com acesso a esses privilégios (COHEN, 2019, pp.26-27)

Antes um entreposto de transição, a África Ocidental passou a ser um mercado local. Acredita-se que o número de usuários de cocaína tenha atingido três milhões na África Ocidental em 2013 2 milhões a mais do que em 1998 (COHEN, 2019).

E nesse contexto que aumentaram as conexões com o Brasil, considerado, atualmente, a principal rota de transporte de cocaína para a Europa, a África e a Ásia. Em termos históricos, é possível definir que o país foi usado por redes internacionais como um entreposto central para exportação de drogas desde o início dos anos 1990, quando foi estruturado o mercado da cocaína em São Paulo (Telles 2014):

Mingardi (2010) identifica a presença de mulas e traficantes nigerianos em São Paulo já em 2001. Em 1997, Peter Christophe Onwumere, um traficante nigeriano importante, foi detido depois de importar cocaína da Bolívia para São Paulo, onde vivia há sete anos. No entanto, relatórios e outros documentos atestam a presença de outros agentes criminais que usavam o Brasil como base para a exportação de drogas, como, por exemplo, um grupo sérvio com base em São Paulo que contrabandeava cocaína a partir do Espírito Santo [...]. Em 2002, a Polícia Federal identificou um grupo com base em Campinas (São Paulo), que trazia cocaína do Peru para o país. Depois, a droga era enviada para a África do Sul e o Zimbábue. A operação policial levou à prisão de Nelson Yester-Garrido, cidadão cubano que alegava atuar como agente da KGB [...]. Comunicações diplomáticas divulgadas pelo Wikileaks mencionam a apreensão de drogas que viajavam da Cidade do Leste (Paraguai) para Camarões em 2005 e a consequente prisão de um nigeriano. O grande número de prisões relacionadas não foi obstáculo para a criação de muitas redes diferentes [...] Outras investigações também registraram a forma de atuação do grupo siciliano Ndrangheta, que usava a África Ocidental como entreposto para a cocaína que vinha de São Paulo em direção à Europa [...]. Prisões recentes confirmam que o PCC desenvolveu conexões com a Cosa Nostra [...]. Sob essa perspectiva, Brasil e África figuram no mapa do tráfico internacional de drogas há tempos, apesar de servirem somente de bases de distribuição para evitar os controles e despachar grandes remessas e obterem lucros altos com isso (COHEN, 2019, pp. 23-24).

O desenvolvimento de mercados transatlânticos de drogas entre Brasil e África conta com um mercado de proteções no qual colaboram exércitos, forças policiais e governos africanos. Há evidências de que, com a intensa concentração de capital e a competição gerada pelas exportações em atacado, o mercado global e as dinâmicas internacionais estão influenciando fortemente o mercado interno brasileiro e os traficantes locais (COHEN, 2019). Nesse sentido, embora acredite-se que o Primeiro Comando da Capital (PCC) tenha contribuído para a redução da violência urbana em São Paulo (FERREIRA, LIMA & BRESA, 2009; FELTRAN, 2010), a competição pela renda proveniente dos mercados de drogas talvez possa explicar o incremento da disputa entre facções na última década em estados do Norte e do Nordeste:

O Primeiro Comando da Capital, Família do Norte (FDN) e Comando Vermelho (CV) competem pelo controle dos principais portos e entrepostos de distribuição do país o porto de Fortaleza, por exemplo, de onde saem veleiros e navios cargueiros carregados de cocaína com destino a Cabo Verde e Europa. Globalmente, explicou-se que os massacres em Manaus foram consequência da competição pelo controle da rota do Solimões, mas também se aventou a hipótese de terem acontecido graças à necessidade de assegurar o acesso ao porto da cidade (COHEN, 2019, p.26).

Esta disputa territorial se refere ao fato da maior parte da circulação de drogas acontecer via comércio marítimo, incluindo navios de carga. A cocaína é escondida entre mercadorias legais e em contêineres piratas, podendo também ser descarregada antes da chegada do contêiner ao porto final. Esse processo de exportação produz um acúmulo rápido de capital, o que talvez explique parte da centralidade da disputa territorial recente no país pelo controle de rotas navegáveis, marítimas e aeroportos. As habilidades necessárias para trabalhar em portos e aeroportos são bem diferentes daquelas necessárias nas bocas de fumo e exigem duas tarefas essenciais: transferir e lavar dinheiro do outro lado do Atlântico e

bem diferentes daquelas necessárias nas bocas de fumo e exigem duas tarefas essenciais: transferir e lavar dinheiro do outro lado do Atlântico e recrutar "mulas" estrangeiras. A primeira tarefa é uma evidência de como o tráfico ilegal de drogas está incorporado ao funcionamento da economia global e como ele se relaciona com os mercados legais, sendo um produto de interações complexas. A segunda é o foco do nosso estudo e exige um aprofundamento analítico.

Referências

"Mulas" no comércio transatlântico Brasil-África-Europa

"Mulas" são indivíduos que, conscientemente ou não, são recrutadas para transportar drogas, geralmente para outros países. Em casos mais extremos, as drogas são armazenadas em orifícios físicos do corpo humano ou por meio da ingestão, são acondicionadas no estômago em sua forma encapsulada ou em pacotes, embrulhada com plásticos. O objetivo de haver a "mula" é contornar os controles no envio de drogas, ao mesmo tempo em que dificulta a chance de ser encontrado o "chefe" do tráfico (FAE, 2020). A detenção e, até mesmo, a morte de algumas "mulas" são vistas vastamente como perdas compensadas pelo lucro proporcionado pelas que chegam com sucesso aos seus destinos. Mesmo que o sucesso das empreitadas seja baixo, os riscos econômicos para os empresários envolvidos são muito limitados (COHEN, 2019). As "mulas" são consideradas peças insignificantes na organização criminosa, substituíveis para os traficantes caso haja a sua apreensão. A utilização de "mulas", nesse sentido, pressupõe um contexto social de vulnerabilidade e pobreza capaz de induzir ou coagir indivíduos a assumirem grandes riscos tendo em vista a resolução de conflitos (famílias ameaçadas) ou oportunidades de imigração (fuga de contextos de guerra e fome).

Em Mulas e mulheres na história do Brasil: uma questão de gênero, justiça e interseccionalidade, Joana Duarte (2020) desenvolveu pesquisa bibliográfica com teses e dissertações produzidas na última década (2006-2016) sobre mulheres presas na tipificação penal prevista na Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, nas cinco regiões do país e obteve como um dos resultados o aprisionamento de grande parte dessas mulheres como trabalhadoras do mercado informal e ilícito de drogas na condição laboral de mulas.

Ser mula, [...] segundo as produções analisadas [...] é ser uma mulher que não chame a atenção da polícia, não tenha perfil de traficante, seja honesta e não crie problemas. Por isso ser mula, hoje, no mercado de drogas, segundo essas produções, é como ser a mula do passado colonial, carrega mercadorias e apenas faz a rota mandada. As mulheres atuantes como mulas, de modo geral, transportam drogas para seus companheiros, filhos, netos e maridos presos, tendo de ingressar com a droga no dia de visitas, ou fazem-na em condição de mochileiras, levando de um estado/país para outro. Tipificado como tráfico de pequena escala: já que só é possível manejar a quantidade de drogas que se invisibilize grudada ao corpo ou em seu interior, seja nas cavidades vaginais ou anais. A introdução por meio da ingestão, neste caso, não é possível porque não há horas suficientes para a droga ser expelida. (CARNEIRO, 2015, p. 180). O primeiro caso é o que mais aparece nessas produções, porque são presas em flagrante durante a revista íntima e, conforme apontam as autoras, em alguns casos são usadas para que um carregamento maior entre enquanto elas são detidas. Estamos falando de mulas-iscas que, por vezes, são contratadas justamente para serem presas, sem que as mesmas saibam. Em média, essas mulheres ganham entre 600 e 2 mil reais para atuarem como mulas. Os preços mais baixos são justamente os que implicam maior risco, no caso, o de tentar ingressar no sistema prisional. Outra questão importante é o número de mulheres mais velhas nessa atuação, tanto pelo fato de chamarem menos a atenção, bem como por estarem também em condições mais degradantes de acesso ao trabalho formal (DUARTE, 2020, p. 04).

Segundo dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) de 2020, entre junho a dezembro de 2019, o Brasil tinha 34.365 mulheres presas. Desse total, 50,94% (17.506) respondiam por crimes relacionados ao mercado de drogas. Sobre o aprisionamento de mulheres estrangeiras: a maioria é do continente americano (239), com maior incidência sobre bolivianas 37,24% (89); venezuelanas 17,15% (41); paraguaias 15,6% (36); colombianas 10,04% (24); e peruanas 5,02%. O documento ainda aponta o continente africano em segundo lugar em população estrangeira feminina, com 52 mulheres em privação de liberdade no Brasil; desse total 34,62% (18) são oriundas da África do Sul; 19,23% (10) de Angola; e 15,38% (8) tipificado como outros países do continente africano (DUARTE, 2020).

Historicamente, o protagonismo no uso de "mulas" do tráfico remonta à década de 1950, principalmente da parte de nigerianos, quando autoridades nos Estados Unidos identificaram as redes de tráfico de heroína organizadas entre Lagos, Abidjan e Beirute (COHEN, 2019). Nos anos 1960, nigerianos e ganeses exportavam maconha para a Europa e, nas décadas seguintes, passaram a trabalhar com heroína e cocaína. Os empresários do crime nigerianos passaram a ocupar um papel de maior proeminência e parecem ter ampliado sua participação no mercado, figurando agora como importantes subcontratados para empresários brasileiros e envolvidos com o PCC. Nos últimos anos, eles se estabeleceram especialmente em São Paulo e acredita-se que alguns dos organizadores nigerianos do tráfico circulem extensivamente entre a Ásia, a Nigéria, o Brasil e a Venezuela. O recrutamento de mulas se tornou um negócio que abrange diferentes perfis de risco e agentes criminais, cada vez mais interessados na exploração dos perfis mais baratos e vulneráveis, recrutados no centro da cidade e nas igrejas, importantes centros para as comunidades imigrantes.

Mas, com o aumento do número de africanos vivendo no país, que subiu de mil no ano 2000 para 30.000 em 2012, há uma maior diversificação das populações: além dos nigerianos, angolanos, congolese, bissau-guineenses, entre outros, compõem o universo da população vulnerável ao apelo e à pressão do tráfico. Ao contrário da imagem criada por programas sensacionalistas brasileiros da TV aberta, focado em casos de apreensões vultosas de grandes traficantes, a situação da maioria é de vulnerabilidade e pobreza, conforme Cohen (2019, p. 28):

A maior parte dos nigerianos e senegaleses pagaram milhares de dólares para conseguir se estabelecer no Brasil depois de cruzar ilegalmente a fronteira do Equador, onde chegam sem o visto. Outros solicitaram um visto temporário antes de viajarem. Ao se ver em São Paulo, a maioria esperava conseguir trabalho, especialmente tendo em vista a Copa do Mundo de futebol de 2014. Acabaram trabalhando com contratos diários ou semanais para grandes construtoras ou ajudando outras pessoas da mesma nacionalidade em seus pequenos negócios. Alguns se acomodavam e socializavam em igrejas evangélicas frequentadas por outros nigerianos. Outros pagavam entre R\$ 600 e R\$ 800 mensais em contratos informais de aluguel de camas em dormitórios, quantia muito alta para seus salários. Os lucros individuais das mulas são muito baixos em comparação ao risco que assumem. Entrevistas realizadas em São Paulo sugerem que a maioria das mulas recrutadas por nigerianos é formada por conterrâneos, mas também por brasileiros, sul-africanos, congolese e senegaleses, todos considerados mulas de baixo custo. Algumas dessas pessoas desejam voltar aos seus países de origem depois da experiência no Brasil. Apesar de ter consciência do que estão fazendo, a maioria desconhece os riscos de prisão e morte (relacionada à implosão das cápsulas de droga dentro do organismo), e a existência da pena de morte em alguns países da Ásia e do Oriente Médio [...]. Em vez de criminalizadas, essas pessoas deveriam ser consideradas vítimas de uma forma de tráfico humano. Elas devem trazer bagagens de terceiros ou esconder a mercadoria na própria bagagem. Como pagamento, recebem a viagem de retorno ao seu país, mais US\$ 1.000,00. O modelo de negócios por trás dessa atividade demanda a contratação de muitos indivíduos devido ao alto risco de serem descobertos.

O lugar de "mula" é, em grande parte, ocupado por mulheres, mas não podemos afirmar que é uma atividade exercida exclusivamente por elas e que o sexo/gênero é definidor dessa ocupação (DUARTE, 2020). Os homens também atuam nessa atividade, geralmente em travessias de maior risco logístico e de valor do carregamento. O que se tem hoje é uma apreensão grande de mulheres no exercício dessa atividade em locais específicos, tais como: prisões, portos, aeroportos e rodoviárias. Constata-se, mais uma vez, que o papel da mulher no tráfico de drogas está adstrito aos trabalhos de maior risco e menor remuneração e poder. Há casos de mulheres usadas como mulas que são portadoras de HIV, oriundas de países onde não há tratamento para a doença e que tem sua viagem facilitada, por traficantes, ao Brasil, que tem um programa para tratamento de Aids gratuito e de qualidade. Os traficantes as convencem com o argumento de que mesmo que você seja presa, na cadeia terá tratamento retroviral e você não morrerá (TOMAZONI, 2017, p. 6).

A ideia de passividade pode guardar relação com o discurso atribuído à figura histórica da mula, em que esse passa a ser reafirmado pelo sistema patriarcal no tocante ao ingresso das mulheres no mercado de drogas. Porém a mulher na condição laboral de mula não está apenas como sujeita passiva, porque suas demandas concretas e materiais colocam-na em um lugar de não inércia. Todavia, os atributos que são levados em conta para o seu ingresso se estabelecem exclusivamente na relação desigual entre sexo/gênero. Visto que: [] a inserção da mulher no tráfico por meio desta atividade leva em conta a construção social de sua identidade. Atributos de vulnerabilidade, determinados pelo seu gênero, classe, idade, nacionalidade, etnia, etc., não só são necessários como fundamentais para que exerçam esta função. Isto significa que a mulher pelo fato de ser mulher (ou pela construção de gênero socialmente atribuído a ela) se encaixa no papel de mula, pois possui as características que possibilitam o exercício deste papel. (CHERNICHARO, 2014, p. 113) (DUARTE, 2020, p.6).

Há, portanto, subjacente às motivações individuais, um contexto maior de miséria e de urgência, bem como de construção social de gênero, que favorece a tomada de decisão de mulheres em se arriscarem na função de "mulas". A contribuição de Sílvia Federici (2019, p. 184-186) ilumina um aspecto central. Para a autora, os programas de ajuste estrutural, apesar de serem promovidos como uma forma de recuperação econômica, destruíram a subsistência das mulheres, tornando impossível para elas reproduzir suas famílias e a si mesmas (FEDERICI, 2019).

No caso de Angola, por exemplo, o histórico de quarenta anos de conflitos sociais decorrentes das guerras de independência, geraram grande fluxo de deslocados, especialmente para a capital, Luanda, com significativa participação de mulheres e crianças, grupos que estiveram vulneráveis durante o processo de fuga, nos campos de refugiados ou deslocados internos, e também no retorno aos locais de origem. O forte crescimento econômico recente acelerou e intensificou estes fluxos. Luanda, hoje, é marcada pelo inchaço populacional e desemprego, que fizeram do trabalho informal, com pujante predomínio do trabalho feminino em suas fileiras, a principal fonte de renda de grande parte das

fizeram do trabalho informal, com pujante predomínio do trabalho feminino em suas fileiras, a principal fonte de renda de grande parte das famílias angolanas:

Segundo Moura [2009], um dos resultados da desestruturação e desintegração familiar e do deslocamento forçado de famílias durante o conflito angolano foi a adoção, por parte das mulheres, de um papel mais preponderante tanto dentro da unidade familiar como nas suas comunidades. Entretanto as nossas próprias observações não sustentam exatamente esta interpretação. Durante a entrevista com os líderes comunitários de Winji-Maka II, em Luanda, indagamos o fato de não haver mulheres na liderança comunitária. Disseram-nos que havia quando foi criada a associação, no entanto tiveram que abandonar as suas funções por serem as garantidoras do sustento da família através do seu trabalho (normalmente no mercado informal), dessa forma passam a não ter tempo para os assuntos comunitários [...] Por outro lado, ainda segundo Moura [2009], a instabilidade das famílias resultante do conflito em Angola e a frustração associada a um processo deficitário de reintegração de ex-combatentes contribuiu para um aumento de casos de violência doméstica. São frequentes os relatos de que, regressados às suas comunidades, sem um emprego ou um papel activo a desempenhar, e perante a liderança económica assumida pelas mulheres no interior da família, os antigos combatentes recorrem ao consumo de álcool e à violência intrafamiliar como forma de canalização das suas frustrações. A suposta mudança nos papéis de género deve, pois, ser analisada com cautela (NASCIMENTO, 2014, p.09).

Em um plano micro, em termos de trajetórias pessoais, relações entre papéis de género e motivações para ingresso no tráfico, há diversos entendimentos sobre o fenómeno. O primeiro deles se expressa na investigação de Hannah Prado (2016, p. 117) e relaciona-se à dependência afetiva e submissão de género:

M. ganhava R\$ 600,00 para levar 50 gramas de droga (maconha) para seu namorado que vendia dentro da prisão por mais de 10 vezes o preço de compra da droga (R\$ 7.000,00). Isto acontece, pois, o valor das drogas no interior do presídio é muito alta, por conta da dificuldade de entrar neste espaço. Ela explica que gostava do risco que corria e começou por vontade própria, mas relata que foi também por conta da pressão de amigos do namorado, que a coagiam dizendo que uma mulher deve fortalecer seu homem que está preso, ou seja: levar drogas se arriscando do ponto de vista de sua saúde, segurança e recebendo pouco por isto. (PRADO, 2016, p. 117).

Este caso enfoca a explicação, tomando por base os relacionamentos afetivos, a mulher como vítima e não protagonista. Sendo assim, ao se relacionarem com homens traficantes, tem-se a ideia de que a mulher é cúmplice ou passiva. Se atuante e exerce liderança, ela estaria rompendo com esse papel tradicional de sexo/gênero. Mas esta pode ser uma abordagem limitante, posto que boa parte das mulheres presas na condição de "mulas" eram solteiras. Nesse sentido, os estudos parecem ainda distantes da realidade social dessas mulheres se não considerarmos o conjunto plural de atribuições sociais e as experiências de vida que ultrapassa uma visão dicotômica presa a relações afetivas. Há variadas formas de inserção de mulheres no mercado laboral formal e informal, como negociantes de mercadorias legais e ilegais entre África, América e Ásia (TRAN, 2014), cujo contexto necessita ser analisado para a compreensão dos determinantes da forma de inserção destas mulheres no caso específico do tráfico de drogas.

Membros do Projeto

CPF	Nome	Categoria	CH Dedicada	Tipo de Participação
007.684.823-05	FRANCISCO THIAGO ROCHA VASCONCELOS	DOCENTE	2	INSTRUTOR (A)
618.266.183-68	SILVIANA FERNANDES MARIZ	DOCENTE	5	ORIENTADOR (A)

2022

Atividades	Ago	Set	Out	Nov	Dez
LEITURAS PARA A COMPOSIÇÃO DO REFERENCIAL TEÓRICO DA PESQUISA A PARTIR DA BIBLIOGRAFIA QUE INTEGRA O PRESENTE PROJETO. TEXTO-SÍNTESE SOBRE O ESTADO DA ARTE DESSAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS.					
ESTUDOS CENTRAIS SOBRE A CONDIÇÃO FEMININA VIVENCIADA NOS CONTEXTOS AFRICANOS, ESPECIALMENTE NOS PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA.					
TABULAÇÃO GERAL COM A INTERPRETAÇÃO DESSES DADOS EM DIÁLOGO COM O REFERENCIAL TEÓRICO DA PESQUISA. COMO ATIVIDADE FINAL DESSA ETAPA, PROPOMOS A CONSTRUÇÃO DE UM ARTIGO EM COAUTORIA,					

2023

Atividades	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago
LEITURAS PARA A COMPOSIÇÃO DO REFERENCIAL TEÓRICO DA PESQUISA A PARTIR DA BIBLIOGRAFIA QUE INTEGRA O PRESENTE PROJETO. TEXTO-SÍNTESE SOBRE O ESTADO DA ARTE DESSAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS.								
ESTUDOS CENTRAIS SOBRE A CONDIÇÃO FEMININA VIVENCIADA NOS CONTEXTOS AFRICANOS, ESPECIALMENTE NOS PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA.								
TABULAÇÃO GERAL COM A INTERPRETAÇÃO DESSES DADOS EM DIÁLOGO COM O REFERENCIAL TEÓRICO DA PESQUISA. COMO ATIVIDADE FINAL DESSA ETAPA, PROPOMOS A CONSTRUÇÃO DE UM ARTIGO EM COAUTORIA,								

Avaliações do Projeto

Situação/Parecer	Data da Avaliação	Média
NÃO REALIZADA		0.0

AVALIAÇÃO REALIZADA Declaro que procedi a leitura integral do projeto de pesquisa e de plano(s) de trabalho(s) cadastrados no SIGAA, visando inteirar-me dos argumentos científicos e/ou tecnológicos apresentados pelo docente proponente, avaliando-os com equidade ao emitir o parecer pelo qual assumo total responsabilidade.	17/03/2022	60.0
NÃO REALIZADA		0.0
AVALIAÇÃO REALIZADA O projeto está bem delimitado, com densidade de problematização e objetivos exequíveis para iniciação científica.	11/04/2022	59.0

Histórico do Projeto

Data	Situação	Usuário
09/02/2022	CADASTRO EM ANDAMENTO	SILVIANA FERNANDES MARIZ / silvymariz
09/02/2022	SUBMETIDO	SILVIANA FERNANDES MARIZ / silvymariz
10/03/2022	DISTRIBUIÇÃO PARA AVALIAÇÃO (MANUALMENTE)	RENATO FARIAS DE PAIVA / renatopaiva
10/03/2022	DISTRIBUIÇÃO PARA AVALIAÇÃO (MANUALMENTE)	RENATO FARIAS DE PAIVA / renatopaiva
11/04/2022	DISTRIBUIÇÃO PARA AVALIAÇÃO (MANUALMENTE)	RENATO FARIAS DE PAIVA / renatopaiva
11/04/2022	DISTRIBUIÇÃO PARA AVALIAÇÃO (MANUALMENTE)	RENATO FARIAS DE PAIVA / renatopaiva
10/02/2023	EM EXECUÇÃO	RENATO FARIAS DE PAIVA / renatopaiva

Relatório Emitido por: SILVIANA FERNANDES MARIZ

SIGAA | UNILAB - Copyright 2016 - Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI

SEMINÁRIO

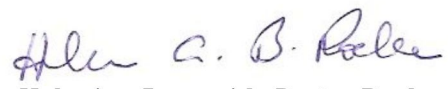
CERTIFICADO

OUTROS FUTUROS
POSSÍVEIS PARA O
ENSINO DE HISTÓRIA
NO ENSINO MÉDIO

Certificamos que **Silviana Fernandes Mariz**, participou como Ouvinte no Seminário *Outros futuros possíveis para o ensino de História no Ensino Médio* realizado, de modo *on line*, nos dias 30 e 31 de maio de 2023, com carga horária total de 16 horas de atividades.



Valdei Lopes de Araújo
Presidente da ANPUH



Helenice Aparecida Bastos Rocha
GT Ensino de História e Educação
ANPUH

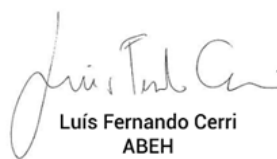
20 Anos depois
A LEI 10.639/2003 E O
ENSINO DE HISTÓRIA

Certificado

Certificamos que **Silviana Fernandes Mariz** apresentou o trabalho intitulado **O ensino de História Antiga e Medieval 20 anos após a lei 10639/03** em sessão de Roda de Conversa no Seminário Nacional "*20 anos depois: A lei 10639/03 e o Ensino de História*", realizado, de *modo on line*, entre os dias 22 e 26 de maio de 2023, com duração de 04 horas de atividades.



Valdei Lopes de Araújo
ANPUH



Luís Fernando Cerri
ABEH



Monica Martins da Silva
Comissão Organizadora
ANPUH

Realização:



Apoio:

